

IGEPREV-TO

INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA
DO ESTADO DO TOCANTINS



IGEPREV-TO



Presidente do Igeprev-TO
Sharlles Fernando Bezerra Lima

Vice-Presidente do Igeprev-TO
Ana Claudia Pereira Cunha

Diretor de Previdência
Helio Andrade de Aguiar Sobrinho

Diretor de Investimentos
Cid Leite Costa Júnior

Gerente de Planejamento e Convênios
Bárbara Jesuina Mendes Gomes

Gerente de Arrecadação e Compensação Previdenciária
André Donizeth da Silva

Gerente de Atendimento Previdenciário
Dineilton Rodrigues

Gerente de Auditoria de Benefícios
Gilson Evangelista Oliveira

Gerente de Concessão e Revisão de Benefícios
Ione Lira Sousa Cavalcante

Gerente de Controle e Análise de Risco
Júlio César Medeiros Lima

Gerente de Gestão de Carteira e Aplicações Financeiras
Wellington Junior Silveira

Gerente de Cadastro e Tempo de Contribuição
Luzia Lustosa de Sousa

Gerente de Gestão de Pessoas
Maria Conceição Pereira Martins

Gerente de Folha de Pagamento de Benefícios
Thallison Emanuel Freitas Medeiros

Gerente de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil
Pedro Pinto de Oliveira

Chefe da Assessoria Jurídica
Dilma Campos de Oliveira

Chefe da Assessoria de Comunicação
Morgana Taíse Gomes Farias

Secretária-Geral
Rosiane Cecília de Araújo



5 – RELATÓRIO DE GESTÃO

5.1 – APRESENTAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 1.614, de 04 de outubro de 2005, e na Lei nº 1.940, de 1º de julho de 2008, o Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins – Igeprev-TO, por meio do presente Relatório de Gestão, apresenta ao Conselho Fiscal e ao Conselho de Administração, bem como à Controladoria Geral do Estado e ao Tribunal de Contas do Estado, os resultados de suas contas referente ao exercício de 2022.

Este relatório também tem a finalidade de fornecer informações que permitem aos segurados, beneficiários, ao governo, à sociedade e ao público em geral, acompanhar a gestão do Fundo, atendendo aos princípios básicos de Controle Interno, Transparência e Governança, identificados na sua Missão e na sua Visão.

5.2 – BASE LEGAL DO INSTITUTO

A Reforma do Sistema Previdenciário Nacional foi instituída pela Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e aperfeiçoada pela Emenda Constitucional 41, de 31 de dezembro de 2003, e pela Emenda Constitucional 47, de 05 de julho de 2005 e pela Emenda Constitucional 103, de 12 de novembro de 2019.

Com a reforma do Sistema Previdenciário, objeto das Emendas Constitucionais acima mencionadas, cujas diretrizes foram estabelecidas pelas Leis Federais nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, e suas alterações, o Estado do Tocantins adequou sua legislação previdenciária mediante edição dos seguintes atos normativos, de modo a ser o Gestor Único do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Tocantins – RPPS-TO:

- ☐ Lei Complementar nº 36, de 28 de novembro de 2003;
- ☐ Lei nº 1.246, de 06 de setembro de 2001;
- ☐ Lei nº 1.324, de 17 de abril de 2002;
- ☐ Lei nº 1.345, de 29 de novembro de 2002;
- ☐ Lei nº 1.434, de 10 de fevereiro de 2004;
- ☐ Lei nº 1.435, de 11 de fevereiro de 2004;
- ☐ Lei nº 1.614, de 04 de outubro de 2005;
- ☐ Lei nº 1.837, de 11 de outubro de 2007;
- ☐ Lei nº 1.940, de 1º de julho de 2008;



- ☐ Lei nº 3.149, de 11 de novembro de 2016;
- ☐ Lei nº 3.172, de 28 de dezembro de 2016;
- ☐ Lei nº 3.736, de 18 de dezembro de 2020;
- ☐ Lei nº 3.944, de 31 de maio de 2022.
- ☐ Decreto nº 1.663, de 20 de dezembro de 2002;
- ☐ Decreto nº 1.479, de 04 de abril de 2002;
- ☐ Decreto nº 1.984, de 28 de janeiro de 2004;
- ☐ Decreto nº 1.996, de 11 de fevereiro de 2004;

A Lei nº 1.246/2001, que instituiu o RPPS-TO, estabeleceu que os recursos do Igeprev-TO constituem um patrimônio próprio desvinculado de qualquer fundo estadual e que a gestão desses recursos fosse acompanhada pelo Conselho de Administração, executada pela Diretoria Executiva e fiscalizada pelo Conselho Fiscal. Para consolidar essa previsão legal foi editada a Lei Complementar nº 36, de 28 de novembro de 2003, que instituiu o Fundo de Previdência do Estado do Tocantins.

A Lei nº 1.614, de 04 de outubro de 2005, alterou a Lei nº 1.246/2001, especificamente para adequar as novas regras instituídas pela Emenda Constitucional nº 41/2003, de 19 de dezembro de 2003, e a Emenda Constitucional nº 47/2005, de 5 de julho de 2005 e pela Emenda Constitucional nº 103/2019. Ressalta-se que a última alteração da Lei nº 1.614/2005 ocorreu por meio da Lei nº 3.944, de 31 de maio de 2022, contemplando o aperfeiçoamento das regras de concessão de benefícios.

A Lei nº 1.940, de 1º de julho de 2008, foi editada com o objetivo de reorganizar a estrutura operacional do Igeprev-TO como Gestor do RPPS-TO, recompondo os Conselhos de Administração e Fiscal paritariamente, em cumprimento à legislação previdenciária federal. Essa Lei também foi alterada recentemente, por meio da Lei nº 3.698, de 26 de junho de 2020, promovendo o ajuste dos procedimentos operacionais do Instituto às mudanças ocorridas nas legislações estadual e federal.

5.3 – MISSÃO DO ÓRGÃO/ENTIDADE

MISSÃO:

“Gerir o Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Tocantins, maximizando seus ativos e assegurando os direitos previdenciários dos beneficiários”.

VISÃO:



"Ser reconhecido pela excelência, celeridade e transparência na concessão de benefícios e na gestão do sistema previdenciário."

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS:

- i. Modernizar a instituição por meio de infraestrutura física adequada e funcional, de soluções tecnológicas efetivas e do aperfeiçoamento contínuo dos colaboradores;
- ii. Aprimorar continuamente os serviços e processos internos, com foco na simplificação e alcance da excelência organizacional;
- iii. Assegurar ao cidadão usuário o acesso rápido e efetivo às informações previdenciárias, possibilitando sua participação e acompanhamento no processo de arrecadação, aplicação dos recursos e concessão dos benefícios;
- iv. Garantir a sustentabilidade do sistema previdenciário do Estado do Tocantins.

5.4 – OBSERVÂNCIAS À LEGISLAÇÃO PERTINENTE

Todas as atividades executadas pelo Igeprev-TO no exercício de 2022 foram norteadas pelos instrumentos de planejamento utilizados na Administração Pública, além de outras normas que norteiam os procedimentos de execução de receita e despesa, controle patrimonial e operacional, registro contábil e de responsabilidades, conforme identificado abaixo:

- ☐ Constituição Federal de 1988;
- ☐ Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000;
- ☐ Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;
- ☐ Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993;
- ☐ Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021
- ☐ Lei Plano Plurianual nº 3.842, de 28 de dezembro de 2021;
- ☐ Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 3.839, de 27 de dezembro de 2021;
- ☐ Lei Orçamentária Anual nº 3.843, de 28 de dezembro de 2021;
- ☐ Decreto Execução Orçamentária nº 6.407 de 18 de fevereiro de 2022, republicado no diário oficial nº 6.038, de 25 de fevereiro de 2022;
- ☐ Portaria Federal MPS nº 509, de 12 de dezembro de 2013.

É importante destacar que a execução orçamentário-financeira procurou obedecer ao que foi estabelecido na Lei Orçamentária Anual - LOA, ou seja, o que foi



autorizado de recursos previdenciários para os dois Planos de segregação da massa de segurados.

Entretanto, como todo planejamento passa por adequações durante sua execução, houve movimentação de recursos entre as ações e dentro de uma mesma ação, visando atender necessidades que foram aumentadas ou diminuídas, ou ainda, surgidas no decorrer do desenvolvimento das atividades, o que ocasionou alteração no orçamento inicialmente autorizado, conforme demonstrado nos quadros adiante, em suas respectivas UG's.

No Plano Financeiro, UG 248300, com relação ao orçamento do tesouro (fonte 0500), houve aumento no valor de R\$ 40.000,00, passando de R\$ 1.000.000,00 - orçamento inicial, para R\$ 1.040.000,00, o qual foi utilizado em sua quase totalidade.

Quanto ao orçamento no Plano Financeiro UG 248300 destacamos o aumento através de suplementação no valor de R\$ 558.533.482,00, (fonte 801), em razão do excesso de arrecadação proveniente de antecipação de pagamentos dos acordos de parcelamentos de contribuições previdenciárias junto ao Tesouro Estadual. Os referidos recursos tiveram como objetivo de complementar as despesas com folha de pagamento de benefícios. Nesse sentido, houve um aumento em aproximadamente 40% do orçamento inicial fixado, conforme autorizado pela Lei nº 3.843/2021 (LOA), e demonstrado adiante:

PLANO FINANCEIRO – UG 248300

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Orçamento Inicial – Fonte 801	1.355.609.869,00
(-) redução	88.074.798,00
(+) Suplementação	646.608.280,00
Total	1.914.143.351,00
Orçamento Inicial – Fonte 802	25.536.193,00
(-) redução	183.000,00
(+) Suplementação	183.000,00
Total	25.536.193,00
Orçamento Inicial – Fonte 500	1.000.000,00
(+) aumento – Fonte 500	40.000,00
Total	1.040.000,00
TOTAL ORÇAMENTO FINAL	1.940.719.544,00

Fonte: **Anexo 02 – Siafe-TO**



PLANO PREVIDENCIÁRIO – UG 248400

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Orçamento Inicial – Fonte 800	189.789.225,00
(-) Reduções	250.000,00
(+) Suplementação	250.000,00
TOTAL	189.789.225,00

Fonte: **Anexo 02 – Siafe-TO**

5.5 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR CATEGORIA ECONÔMICA E FONTE DE RECURSOS

No exercício de 2022 foi autorizado para Igeprev-TO, valores consolidados no orçamento, de R\$ 2.130.508.769,00. Deste total, R\$ 1.040.000,00 estão inscritos na fonte 500 – Recursos do Tesouro, destinados ao pagamento de aposentadorias e benefícios assistenciais a inativos pelo Tesouro Estadual (Auxílio Natalidade e Auxílio Funeral).

Do total autorizado, valores consolidados, o Instituto executou 87,81%, ou seja, o valor de R\$ 1.870.873.243,72. Do total executado, R\$ 1.835.106.634,75 foram gastos com Pessoal e Encargos Sociais; R\$ 34.692.075,19 com despesas correntes; R\$ 1.029.705,39 com despesas correntes, Fonte 500 (Tesouro) e R\$ 44.828,39 com despesas de capital.

No comparativo da utilização dos recursos autorizados em relação aos recursos executados, valores consolidados, dentro de cada categoria econômica, as despesas de Pessoal equivalem a 96,59%; despesas correntes com 81,34% e com 99,01% (fonte 100); e as despesas de capital a 2,39%.

Para a Reserva de Contingência no Plano Previdenciário foi autorizado um orçamento no valor de R\$ 184.909.642,00. Esta ação tem como finalidade atender as necessidades de suplementação das dotações iniciais que se tornarem insuficientes e não tiverem outras fontes de recursos, no decorrer do exercício. Nesse sentido, foi realizado uma suplementação no valor de R\$ 250.000,00 para a ação Pagamento de Benefícios Previdenciário. Nos quadros abaixo estão descritos o orçamento por fonte e categoria econômica.



Plano Financeiro – UG 248300

CATEGORIA ECONÔMICA	AUTORIZADA	EXECUTADA	SALDO	(executado) %
Pessoal e Encargos Sociais – Fonte 801	1.883.042.828,00	1.820.418.493,80	62.624.334,20	96,67
Despesas Correntes – Fonte 801	31.100.523,00	26.170.193,72	4.930.329,28	84,15
Pessoal e Encargos Sociais – Fonte 802	11.887.360,00	10.624.988,70	1.262.371,30	89,38
Despesas Correntes – Fonte 802	11.776.333,00	8.521.881,47	3.254.451,53	72,36
Despesas de Capital – Fonte 802	1.872.500,00	44.828,39	1.827.671,61	2,39
Pessoal e Encargos Sociais – Fonte 500	1.000,00	0,00	1.000,00	0
Despesas Correntes – Fonte 500	1.039.000,00	1.029.705,39	9.294,61	99,11
TOTAL	1.940.719.544,00	1.866.810.091,47	73.909.452,53	96,19

Fonte: Anexo 02 (executada = empenhado) (Lei Federal nº 4.320/64)

Plano Previdenciário – UG 248400

CATEGORIA ECONÔMICA	AUTORIZADA	EXECUTADA	SALDO	(executado) %
Pessoal e Encargos Sociais – Fonte 800	4.879.583,00	4.063.152,25	816.430,75	83,27
Reserva do RPPS	184.909.642,00	0,00	184.909.642,00	0
TOTAL	189.789.225,00	4.063.152,25	185.726.072,75	2,14

Fonte: Anexo 02 (executada = empenhado) (Lei Federal nº 4.320/64)



Demonstrativos por Fonte de Recursos

Plano Financeiro – UG 248300

FONTES DE RECURSOS	AUTORIZADA	EXECUTADA	SALDO	%
801 – 2111 - Recursos Previdenciários-Executivo	1.705.422.141,00	1.644.445.071,91	60.977.069,09	96,42
801 – 2121 - Recursos Previdenciários-Assembleia Legislativa	25.953.110,00	24.808.158,75	1.144.951,25	95,59
801 – 2122 - Recursos Previdenciários-TCE	40.118.816,00	38.952.761,75	1.166.054,25	97,09
801 – 2131 - Recursos Previdenciários-TJ	103.127.155,00	100.084.910,35	3.042.244,65	97,05
801 – 2141 - Recursos Previdenciários-MP	31.139.958,00	30.192.663,02	947.294,98	96,96
801 – 2151 - Recursos Previdenciários-Defensoria	8.382.171,00	8.105.121,74	277.049,26	96,69
802 – Taxa de Administração	25.536.193,00	19.191.698,56	6.344.494,44	75,15
500 - Recursos Ordinários	1.040.000,00	1.029.705,39	10.294,61	99,01
TOTAL	1.940.719.544,00	1.866.810.091,47	73.909.452,53	96,19

Fonte: Anexo 11 por fonte reduzida – (executada = empenhada) - (Lei Federal nº 4.320/64)

Plano Previdenciário – UG 248400

FONTES DE RECURSOS	AUTORIZADA	EXECUTADA	SALDO	%
800 – 1111 - Recursos Previdenciários-Executivo	188.952.225,00	3.662.432,92	185.289.792,08	
800 – 1121 - Recursos Previdenciários-Assembleia Legislativa	40.000,00	0	40.000,00	
800 – 1122 - Recursos Previdenciários-TCE	20.000,00	0	20.000,00	
800 – 1131 - Recursos Previdenciários-TJ	198.000,00	0	198.000,00	
800 – 1141 - Recursos Previdenciários-MP	235.000,00	95.154,18	139.845,82	
800 – 1151 - Recursos Previdenciários-Defensoria	344.000,00	305.565,15	38.434,85	
TOTAL	189.789.225,00	4.063.152,25	185.726.072,75	

Fonte: Anexo 11 por fonte reduzida – (executada = empenhada) - (Lei Federal nº 4.320/64)



5.6 – EXECUÇÃO E AVALIAÇÃO DO PPA

As atribuições deste Instituto quanto à Gestão do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Tocantins – RPPS-TO foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas no programa **Manutenção e Gestão do Poder Executivo**, que contribuíram significativamente para o cumprimento da sua finalidade.

Para esse programa foi autorizado recursos da ordem de R\$ 2.130.508.769,00, valor este consolidado, sendo o valor de R\$ 1.940.719.44,00 (Plano Financeiro – UG 248300) e R\$ 189.789.225,00 (Plano Previdenciário – UG 248400), com execução de 87,81%, equivalente ao total (consolidado) de R\$ 1.870.873.243,72.

Para o alcance dos objetivos propostos em cada ação orçamentária foram designados dois servidores como responsáveis pela execução e acompanhamento, inclusive pelo lançamento dos resultados no sistema de acompanhamento do PPA, desenvolvido pela Controladoria Geral do Estado, cujos relatórios, devidamente assinados pelos respectivos responsáveis, foram juntados às folhas seguintes.



Fundo Financeiro

Ações de Gestão Financeira
Período: Anual de 2022

Unidade Gestora:

24830

Fundo Financeiro

Programa:

1100

Manutenção e Gestão do Poder Executivo

Ação:

4186

Coordenação e manutenção dos serviços administrativo gerais

Orçamento - 12/2022:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
3.905.683,00	30.700.523	34.606.206,00	29.495.813,95	29.036.912,12	29.036.912,12	5.110.392,05	85,23	83,90	83,90

Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro) - Benefícios Previdenciários - Poder Executivo - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)

8012111000

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
0,00	23.306.313,00	23.306.313,00	19.509.423,27	19.509.423,27	19.509.423,27	3.796.889,73	83,70	83,70	83,70

Detalhamento:

Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
09.122.1100	33.91.39	8012111000	0,00	23.306.313,00	23.306.313,00	19.509.423,27	19.509.423,27	19.509.423,27	3.796.889,73	83,70	83	83

Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro) - Benefícios Previdenciários - Poder Legislativo - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)

8012121000

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
0,00	904.450,00	904.450,00	820.677,55	820.677,55	820.677,55	83.772,45	90,73	90,73	90,73

Detalhamento:

Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
09.122.1100	33.91.39	8012121000	0,00	904.450,00	904.450,00	820.677,55	820.677,55	820.677,55	83.772,45	90,73	90	90

Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro) - Benefícios Previdenciários - Tribunal de Contas - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)

8012122000

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
0,00	733.117,00	733.117,00	624.512,18	624.512,18	624.512,18	108.604,82	85,18	85,18	85,18

Detalhamento:

Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
09.122.1100	33.91.39	8012122000	0,00	733.117,00	733.117,00	624.512,18	624.512,18	624.512,18	108.604,82	85,18	85	85

Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro) - Benefícios Previdenciários - Tribunal de Justiça - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)

8012131000

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
0,00	3.367.185,00	3.367.185,00	3.001.181,68	3.001.181,68	3.001.181,68	366.003,32	89,13	89,13	89,13

Detalhamento:

Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
09.122.1100	33.91.39	8012131000	0,00	3.367.185,00	3.367.185,00	3.001.181,68	3.001.181,68	3.001.181,68	366.003,32	89,13	89	89

Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro) - Benefícios Previdenciários - Ministério Público - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)

8012141000

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
0,00	1.119.542,00	1.119.542,00	996.561,71	996.561,71	996.561,71	122.980,29	89,01	89,01	89,01

Detalhamento:

Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
09.122.1100	33.91.39	8012141000	0,00	1.119.542,00	1.119.542,00	996.561,71	996.561,71	996.561,71	122.980,29	89,01	89	89

Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro) - Benefícios previdenciários - Defensoria Pública - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)

8012151000

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
0,00	1.169.916,00	1.169.916,00	1.056.550,90	1.056.550,90	1.056.550,90	113.365,10	90,30	90,30	90,30

Detalhamento:

Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
09.122.1100	33.91.39	8012151000	0,00	1.169.916,00	1.169.916,00	1.056.550,90	1.056.550,90	1.056.550,90	113.365,10	90,30	90	90

Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração

8020000000

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
3.905.683,00	100.000,00	4.005.683,00	3.486.906,66	3.028.004,83	3.028.004,83	518.776,34	87,04	75,59	75,59

Detalhamento:

Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
09.122.1100	33.90.08	8020000000	15.000,00	0,00	15.000,00	3.636,00	3.636,00	3.636,00	11.364,00	24,24	24	24
09.122.1100	33.90.10	8020000000	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0	0
09.122.1100	33.90.14	8020000000	40.000,00	0,00	40.000,00	13.024,50	13.024,50	13.024,50	26.975,50	32,56	32	32
09.122.1100	33.90.30	8020000000	80.000,00	22.000,00	102.000,00	51.832,54	38.828,45	38.828,45	50.167,46	50,81	38	38
09.122.1100	33.90.33	8020000000	100.000,00	0,00	100.000,00	42.251,54	26.975,79	26.975,79	57.748,46	42,25	26	26



09.122.1100	33.90.35	8020000000	60.000,00	-36.000,00	24.000,00	8.866,67	7.466,67	7.466,67	15.133,33	36,94	31	31
09.122.1100	33.90.36	8020000000	330.000,00	100.000,00	430.000,00	429.048,00	429.048,00	429.048,00	952,00	99,77	99	99
09.122.1100	33.90.37	8020000000	775.000,00	14.000,00	789.000,00	779.781,86	667.436,79	667.436,79	9.218,14	98,83	84	84
09.122.1100	33.90.39	8020000000	2.393.683,00	0,00	2.393.683,00	2.102.260,64	1.795.166,26	1.795.166,26	291.422,36	87,82	74	74
09.122.1100	33.90.47	8020000000	10.000,00	0,00	10.000,00	9.604,91	9.604,91	9.604,91	395,09	96,04	96	96
09.122.1100	33.90.48	8020000000	60.000,00	0,00	60.000,00	44.400,00	34.617,46	34.617,46	15.600,00	74,00	57	57
09.122.1100	33.90.92	8020000000	20.000,00	0,00	20.000,00	2.200,00	2.200,00	2.200,00	17.800,00	11,00	11	11
09.122.1100	33.90.93	8020000000	12.000,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0	0

Referência

Ano 2022	Período 3o Quadrimestre	Estágio
-------------	----------------------------	---------

Análise:

A ação de Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais é responsável pela previsão orçamentária e custeio de todas as despesas administrativas do órgão, a exemplo de contratações de prestadores de serviços, aquisição de materiais de consumo, despesas com passagens aéreas, diárias, entre outras.

Para o custeio de despesas nessa ação foi previsto um orçamento total de R\$ 3.905.683,00. O referido valor foi elaborado com base no histórico das contratações de exercícios financeiros de anos anteriores e conforme as previsões de contratações e demais despesa administrativa previstas para o ano de 2022.

No entanto, em atendimento à legislação vigente, em especial, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP; as Instruções de Procedimentos Contábeis Relativos aos RPPS – IPC 14; a Portaria MTP nº 1.467, de 02 de junho de 2022 e a Lei Estadual nº 3.944, de 31 de maio de 2022 que altera a Lei nº 1.614, de 04 de outubro de 2005, passou a vigorar com uma taxa de administração do RPPS-TO de 1,3%, sendo necessário fazer uma suplementação nesta ação para esse fim no valor R\$ 30.600.523,00 (trinta milhões, seiscentos mil, quinhentos e vinte e três reais), na natureza 33.91.39, o qual foi utilizado o valor de R\$ **26.008.907,29**. O valor suplementado nesta ação foi deduzido da ação Pagamento de Benefícios Previdenciários – 4271.

Tendo em vista a necessidade de detalhamento desse valor proporcionalmente às despesas por poderes (Poder Executivo, Poder Legislativo, Tribunal de Contas, Tribunal de Justiça, Ministério Público e Defensoria Pública), em todas as fases da despesa: empenho, liquidação e pagamento na fonte 801. Até que essa alteração seja mais bem regulamentada, foi adotado o procedimento de utilizar a fonte 801 para execução da despesa orçamentária e quanto à receita e a execução das despesas administrativas, estas foram realizadas na fonte 802.

Quanto à formalização dos autos processuais, as aquisições e contratações previstas, a fiscalização dos atuais contratos, a liquidação e pagamento das despesas vinculadas à ação de Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais foram desenvolvidos conforme previsto.

Com relação às contratações administrativas custeadas nesta ação, temos o pagamento de “Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica”, sendo inclusos nesta natureza de despesa com o fornecimento de energia elétrica, abastecimento de água potável e coleta de esgoto, serviços postais, serviços bancários, manutenção de aparelhos condicionadores, pagamento de empresa responsável pelo recrutamento e pré-seleção de estagiários, reparo e conservação de bens móveis, entre outros, com valor total empenhado de R\$ **2.102.260,64**.

Outra despesa relevante nesta ação é com a “Locação de Mão de Obra” sendo inclusos nessa natureza de despesa os serviços de vigilância armada, vigilância eletrônica e serviços de limpeza, conservação e jardinagem e o valor total empenhado foi de R\$ **779.781,86**.

Para a realização de despesas com aquisição de material de consumo foi empenhado o valor de R\$ **51.832,54** e para o custeio do pagamento de auxílio financeiro aos servidores do programa “É Prá Já” o valor empenhado foi de R\$ **44.400,00** e ainda R\$ **429.048,00** empenhados para pagamento de jetons.

Quanto ao valor empenhado de R\$ **2.200,00**, relativo a serviços de despesa de exercício anterior, este foi em razão de um dos membros do Conselho de Administração ter participado da 147ª Reunião Ordinária, ocorrida em 16 de dezembro de 2021, nos termos da Lei nº 3.698, de 26 de junho de 2020 e a referida gratificação não ter sido paga durante o exercício anterior.

Ouve ainda a realização de empenho para custeio de despesas com passagens aéreas no valor de R\$ **42.251,54** e diárias valor de R\$ **13.024,50**, entre outras despesas de pequeno valor com um total de R\$ **22.107,58**. **Dessa forma, a soma total empenhado nesta ação foi de R\$ 3.486.906,66.**

Considerando que o valor inicial previsto para ação era de 3.905.683,00, podemos afirmar que a soma dos empenhos foi de aproximadamente 89,27% do valor inicial. Já em relação ao valor total autorizado para a ação, após as alterações já mencionadas, a soma dos valores empenhados foi de 85,23%.

Nesta ação foi necessária a realização de crédito suplementar na natureza de despesa 3.3.90.36 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física e a referida movimentação foi realizada por meio de cancelamento na ação de Manutenção de Serviços de Informática, natureza de despesa 4.4.90.52 - Equipamentos e Material Permanente; o valor da movimentação foi de 100.000,00 devido o valor inicial estimado para pagamento de jetons aos membros dos Conselhos de Administração, Conselho Fiscal e membros do Comitê de Investimentos terem sido subestimados.

Ressaltamos que as movimentações orçamentárias ocorridas não causaram qualquer impacto nas demais atividades previstas e nos objetivos estabelecidos para as ações, seja Manutenção de Serviços de Informática ou na Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais.



Documento foi assinado digitalmente por JULIO SOARES LACERDA em 31/01/2023 13:35:10.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd-ati.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: 24CE261201335627.

ao.cge.to

Dessa forma, as principais demandas das áreas administrativas do Instituto foram atendidas conforme planejado para o exercício de 2022, sendo que todos os serviços contratados nesta ação seguiram o fluxo normal, sejam quanto à formalização dos autos, as aquisições e contratações previstas, a fiscalização dos serviços prestados e a liquidação e pagamento das despesas, possibilitando as condições ideais para que as atividades fins e meio do Órgão fossem realizadas.

Assinatura

Responsável - Ação



Documento foi assinado digitalmente por JULIO SOARES LACERDA em 31/01/2023 13:35:10.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd-ati.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: 24CE261201335627.

ao.cge.to

Fundo Financeiro										Ações de Gestão Financeira Período: Anual de 2022			
Unidade Gestora:													
24830		Fundo Financeiro											
Programa:													
1100						Manutenção e Gestão do Poder Executivo							
Ação:													
4213						Manutenção de recursos humanos							
Orçamento - 12/2022:													
Orc. Inicial 11.887.360,00	Alterações 0	Autorizado 11.887.360,00	Empenhado 10.624.988,70	Liquidado 10.624.988,70	Pago 10.624.988,70	Saldo 1.262.371,30	% E/A 89,38	% L/A 89,38	% P/A 89,38				
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração						8020000000							
Orc. Inicial 11.887.360,00	Alterações 0,00	Autorizado 11.887.360,00	Empenhado 10.624.988,70	Liquidado 10.624.988,70	Pago 10.624.988,70	Saldo final 1.262.371,30	% E/A 89,38	% L/A 89,38	% P/A 89,38				
Detalhamento:													
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A	
09.122.1100	31.90.04	8020000000	520.000,00	747.500,00	1.267.500,00	1.085.912,79	1.085.912,79	1.085.912,79	181.587,21	85,67	85	85	
09.122.1100	31.90.11	8020000000	9.012.360,00	-1.017.500,00	7.994.860,00	7.271.399,07	7.271.399,07	7.271.399,07	723.460,93	90,95	90	90	
09.122.1100	31.90.13	8020000000	450.000,00	0,00	450.000,00	372.784,10	372.784,10	372.784,10	77.215,90	82,84	82	82	
09.122.1100	31.90.92	8020000000	60.000,00	80.000,00	140.000,00	102.483,72	102.483,72	102.483,72	37.516,28	73,20	73	73	
09.122.1100	31.90.94	8020000000	500.000,00	0,00	500.000,00	332.212,02	332.212,02	332.212,02	167.787,98	66,44	66	66	
09.122.1100	31.91.13	8020000000	1.320.000,00	190.000,00	1.510.000,00	1.451.160,25	1.451.160,25	1.451.160,25	58.839,75	96,10	96	96	
09.122.1100	31.91.92	8020000000	25.000,00	0,00	25.000,00	9.036,75	9.036,75	9.036,75	15.963,25	36,14	36	36	
Referência													
Ano 2022			Período 3o Quadrimestre				Estágio						
Análise:													
O orçamento previsto para execução desta ação foi utilizado quase em sua totalidade, cumprindo com o propósito previsto para o exercício de 2022, que tem como principal objetivo manter o bom funcionamento do Instituto por meio do quadro de pessoal, para que seja oferecido um serviço eficaz e eficiente. Para tanto, foi realizado pagamento de despesas com vencimentos e salários de ativos no													

Documento foi assinado digitalmente por MARIA CONCEIÇÃO PEREIRA MARTINS em 31/01/2023 13:17:18.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd-ati.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: 8FFB4B630133562E.ao.cge.to.gov.br/ppageral/slide_acoes_de_gestao_nao_fisica/

total de R\$ 7.271.399,07 (sete milhões, duzentos e setenta e um mil, trezentos e noventa e nove reais e sete centavos); demais despesas com indenizações e restituições trabalhista, contratos, férias e obrigações patronais no valor de R\$ 3.242.069,16 (três milhões, duzentos e quarenta e dois mil, sessenta e nove reais e dezesseis centavos).
Com relação a pagamento de Despesas de Exercícios Anteriores, foram pago para 1 servidor restante de Proventos de Requisitado e restante de retroativo de data base e progressões totalizando o valor de R\$ 111.520,47 (cento e onze mil, quinhentos e vinte reais e quarenta e sete centavos).

Ressalta ainda, que o Instituto de Gestão Previdenciário do Estado do Tocantins encerrou o 3º quadrimestre com um quadro de pessoal de 141 servidores, sendo que, 71 são efetivos, 34 comissionados, 32 contratados, 1 requisitado e 3 cedidos externos.

Ainda, finalizamos o exercício de 2022 com total de 54 estagiários.

Assinatura

Responsável - Ação



Documento foi assinado digitalmente por MARIA CONCEIÇÃO PEREIRA MARTINS em 31/01/2023 13:17:18.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd-ati.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: 8FFB4B630133562E.

ao.cge.to.gov.br/ppageral/slide_acoes_de_gestao_ao_fisica/

Fundo Financeiro										Ações de Gestão Financeira Período: Anual de 2022		
Unidade Gestora:												
24830		Fundo Financeiro										
Programa:												
1100		Manutenção e Gestão do Poder Executivo										
Ação:												
4240		Manutenção de serviços de informática										
Orçamento - 12/2022:												
Orc. Inicial 5.501.300,00	Alterações -118.000	Autorizado 5.383.300,00	Empenhado 4.500.893,86	Liquidado 4.086.622,25	Pago 4.086.622,25	Saldo 882.406,14	% E/A 83,60	% L/A 75,91	% P/A 75,91			
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração					8020000000							
Orc. Inicial 5.501.300,00	Alterações -118.000,00	Autorizado 5.383.300,00	Empenhado 4.500.893,86	Liquidado 4.086.622,25	Pago 4.086.622,25	Saldo final 882.406,14	% E/A 83,60	% L/A 75,91	% P/A 75,91			
Detalhamento:												
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
09.126.1100	33.90.30	8020000000	205.000,00	-18.000,00	187.000,00	2.990,92	2.990,92	2.990,92	184.009,08	1,59	1	1
09.126.1100	33.90.40	8020000000	4.758.800,00	-120.000,00	4.638.800,00	4.377.902,94	3.963.631,33	3.963.631,33	260.897,06	94,37	85	85
09.126.1100	33.90.92	8020000000	0,00	120.000,00	120.000,00	120.000,00	120.000,00	120.000,00	0,00	100,00	100	100
09.126.1100	44.90.52	8020000000	537.500,00	-100.000,00	437.500,00	0,00	0,00	0,00	437.500,00	0,00	0	0
Referência												
Ano 2022			Período 3o Quadrimestre				Estágio					
Análise:												
A ação de Manutenção de Serviços de Informática é uma atividade voltada ao custeio de despesas relacionadas à aquisição de equipamentos, materiais e serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC. Dessa forma, nesta ação devem ser previstos recursos orçamentários para aquisição de equipamentos e materiais que pelas suas características e usabilidade são utilizados para o desenvolvimento de atividades voltadas à TIC, por exemplo, nobreaks, switches, computadores, componentes periféricos e peças de reposição.												

Documento foi assinado digitalmente por JULIO SOARES LACERDA em 31/01/2023 13:35:10.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd-ati.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: 1552BD3401335635.ao.cge.to.gov.br/ppageral/slide_acoes_de_gestao_ao_fisica/

Nesse sentido, temos ainda os serviços de TIC os quais podemos citar a locação de equipamentos, desenvolvimento e manutenção de software, serviços de telefonia fixa e móvel, suporte a usuários de TIC, manutenção e conservação de equipamentos, digitalização, outsourcing de impressão e serviços relacionados à computação em nuvem, tratamento de dados, conteúdo de web, certificação digital e outros congêneres.

Uma das metas prevista e executada nesta ação foi à realização do censo previdenciário dos servidores do Estado do Tocantins vinculados ao Igeprev/TO. As informações coletadas estão na fase final de migração para o Sistema Previdenciário, utilizado pelo Instituto e serão de grande importância para a realização de estudos, elaboração de relatórios e a Gestão Atuarial. A execução dos serviços foi realizada pela empresa Agenda Assessoria, contratada por meio de processo licitatório, Pregão Eletrônico nº 66/2021, o qual a empresa sagrou-se vencedora para prestação dos serviços de realização do censo, prestação de serviços de suporte e disponibilização de software previdenciário.

Outra realização importante nesta ação foi a contratação dos serviços de outsourcing de impressão, formalizada por meio de adesão a Ata de Registro de Preços nº 88/2020, originária de licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, da Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins – SEFAZ/TO, empresa registrada Copy Systems Distribuidora de Copiadoras LTDA e a prestação dos serviços teve início em 1º de fevereiro de 2022.

As despesas empenhadas durante o ano de 2022 na ação de Manutenção e Serviços de Informática foram com os serviços relacionados à atualização da base cadastral dos servidores públicos vinculados a esse Instituto de Previdência, por meio de censo previdenciário no valor de R\$ 2.829.999,96; suporte, locação e o uso de licença de software personalizado para gestão previdenciária valor de R\$ 964.520,00; serviços de validação de sistema, migração e integração de dados e treinamento de usuários no valor de R\$ 120.000,00; contratação de provedor de link de internet R\$ 130.288,82; serviços de telefonia fixa R\$ 120.544,23 e serviços de telefonia móvel com pacote de comunicação de dados R\$ 35.670,00; e outsourcing de impressão R\$ 106.456,00. Ainda houve outros empenhos de pequeno valor a exemplo de R\$ 2.393,96 referente aquisição de materiais e serviços realizados por meio de suprimento de fundos; outros materiais de consumo no valor R\$ 596,96 por processo de dispensa de licitação e disponibilização a servidores do Instituto certificação tipo e-CPF/A3 no valor total de R\$ 1.995,56.

Para operacionalização da compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e entre os regimes próprios, na hipótese de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadoria, em cumprimento ao estabelecido pelo Decreto nº 10.188 de 20 de dezembro de 2019 e Portaria/SEPTR/ME nº 15.829, de 2 de julho de 2020, o Instituto formalizou o Termo de Contrato nº 12/2022 com a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - DATAPREV S.A, o valor empenhado para o exercício de 2022 foi de R\$ 57.866,67. Ainda, houve a realização de pagamento antecipado no valor de R\$ 400,00, com serviço de tecnologia da informação.

E, por fim, houve a aquisição de 03 (três) licenças de softwares (Adobe Photoshop, Adobe Premiere Pro e Corel Draw) todas em sua última versão, no valor total de R\$ 10.161,70 destinados a atender demandas da Assessoria de Comunicação deste Instituto.

Foi realizado reconhecimento de despesa no exercício anterior em razão da necessidade de correção da nota de empenho que havia sido inscrita em restos a pagar com o item patrimonial incorreto, impossibilitando a utilização da mesma para liquidação e pagamento



da despesa, no valor de R\$ 120.000,00

Assim, o resultado da soma dos valores empenhados para o custeio das despesas com a manutenção dos serviços de tecnologia da informação foi de R\$ 4.500.893,86, representando aproximadamente 83,60% do valor total estimado para a ação durante o exercício de 2022, dessa forma, podemos afirmar que a execução do orçamento, quanto à contratação de serviços, foi realizada conforme previsto.

A execução e fiscalização dos serviços contratados foram desempenhadas de forma efetiva, sendo o acompanhamento realizado em observância a legislação vigente, os objetivos propostos e os resultados almejados e, os respectivos pagamentos, realizados conforme cronograma de execução.

Quanto às movimentações orçamentárias, foi realizado o crédito de R\$ 120.000,00 na natureza de despesa 3.3.90.92 (Despesas de Exercício Anterior), o referido valor foi cancelado na natureza de despesa 3.3.90.40 (Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica). A movimentação ocorreu dentro da ação alterando-se apenas o grupo de despesas, os custos foram destinados ao custeio dos serviços de planejamento e implantação da realização do censo previdenciário e o pagamento da locação e o uso de licença de software personalizado para gestão previdenciária referente ao mês dezembro de 2021.

Também realizou-se nesta ação o cancelamento de R\$ 18.000,00 na natureza de despesa 3.3.90.30 - Material de Consumo e o valor foi creditado na ação Manutenção de Serviços de Transporte - 4251, de mesma natureza de despesa. Outra movimentação realizada foi o cancelamento de R\$ 100.000,00 na natureza de despesa 4.4.90.52 - Equipamentos e Material Permanente e o valor foi creditado na ação de Coordenação e Manutenção de Serviços Administrativos Gerais - 4186, natureza de despesa 3.3.90.36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física, tendo em vista o valor estimado para pagamento de jetons aos membros dos Conselhos e participantes do Comitê de Investimentos, ter sido subestimado.

As referidas movimentações orçamentárias não causaram nenhum impacto nas atividades previstas e nos objetivos estabelecidos para a ação de Manutenção de Serviços de Informática.

Assinatura

Responsável - Ação



Documento foi assinado digitalmente por JULIO SOARES LACERDA em 31/01/2023 13:35:10.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd-ati.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: 1552BD3401335635.

ao.cge.to.gov.br/ppageral/slide_acoes_de_gestao_ao_fisica/

Fundo Financeiro										Ações de Gestão Financeira Período: Anual de 2022		
Unidade Gestora:												
24830		Fundo Financeiro										
Programa:												
1100					Manutenção e Gestão do Poder Executivo							
Ação:												
4251					Manutenção de serviços de transporte							
Orçamento - 12/2022:												
Orç. Inicial 150.500,00	Alterações 53.000	Autorizado 203.500,00	Empenhado 171.610,91	Liquidado 102.294,90	Pago 102.294,90	Saldo 31.889,09	% E/A 84,32	% L/A 50,26	% P/A 50,26			
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração					8020000000							
Orç. Inicial 150.500,00	Alterações 53.000,00	Autorizado 203.500,00	Empenhado 171.610,91	Liquidado 102.294,90	Pago 102.294,90	Saldo final 31.889,09	% E/A 84,32	% L/A 50,26	% P/A 50,26			
Detalhamento:												
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
09.122.1100	33.90.30	8020000000	80.000,00	53.000,00	133.000,00	115.485,10	59.078,61	59.078,61	17.514,90	86,83	44	44
09.122.1100	33.90.39	8020000000	70.000,00	0,00	70.000,00	56.125,81	43.216,29	43.216,29	13.874,19	80,17	61	61
09.122.1100	33.90.47	8020000000	500,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0	0
Referência												
Ano 2022			Período 3o Quadrimestre				Estágio					
Análise:												
A ação de Manutenção de Serviços de Transporte é uma atividade voltada ao custeio de despesas relacionadas à frota de veículos, seja quanto à manutenção preventiva e corretiva, aquisição de combustíveis e lubrificantes e outros serviços relacionados à frota, a exemplo da contratação de seguro veicular. Dessa forma, a devida conservação dos veículos possibilita realizar o atendimento das necessidades de transporte de materiais, processos, documentos e de servidores deste Instituto. Durante o exercício de 2022 o Igeprev/TO utilizou-se do sistema fornecido pela empresa Ticket Soluções S/A para gerenciamento dos abastecimentos, limpeza e manutenção dos veículos. A contratação da empresa foi formalizada por meio de Adesão à Ata de Registro de Preços nº 201/2020 – SEGE/MA, originária de licitação, na modalidade pregão eletrônico nº 016/2020, sendo o processo de adesão instruindo na Secretaria de Administração do Estado – SECAD para atendimento da Diretoria de Transporte e demais órgãos do Poder Executivo Estadual na condição de participantes.												

Documento foi assinado digitalmente por JULIO SOARES LACERDA em 31/01/2023 13:35:10.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd-ati.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: 0987901301335648.ao.cge.to.gov.br/ppageral/slide_acoes_de_gestao_ao_fisica/

As despesas de modo geral desta ação foram com combustível, empenhado para o período R\$ 86.674,41; os demais valores empenhados foram destinados a peças para manutenção corretiva no valor de R\$ 28.810,69 e com o contrato para locação de veículo empresa contratada CS Brasil, valor empenhado de R\$ 42.088,68. Foram gastos R\$ 2.552,67 referente à contratação de seguro para os veículos e o valor empenho para despesas relacionadas a serviços de manutenção e limpeza da frota de veículos foi de R\$ 11.484,46. Dessa forma, o valor total empenhado foi de R\$ 171.610,91, o que representa 84,32% do orçamento previsto para ação.

Tendo em vista a necessidade de crédito suplementar na ação Manutenção de Serviços de Transporte - 4251, natureza de despesa 3.3.90.30 - material de consumo, no valor de R\$ 53.000,00, foi realizado o cancelamento de R\$ 35.000,00 na ação de Reestruturação e Aparelhamento Unidades do IGEPREV - 3068, natureza de despesa 4.4.90.51 (Obras e instalações) e R\$ 18.000,00 na ação de Manutenção de Serviços de Informática – 4240, natureza de despesa 3.3.90.30 - material de consumo.

As referidas movimentações orçamentárias foram necessárias devido à necessidade de emissão de Detalhamento de Dotação para fins de formalização de termo aditivo de prazo e valor ao contrato com a empresa Ticket Soluções S/A e as referidas movimentações não causaram nenhum impacto nas atividades previstas e nos objetivos estabelecidos seja na ação 3068 ou na ação 4240.

Assinatura

Responsável - Ação



Documento foi assinado digitalmente por JULIO SOARES LACERDA em 31/01/2023 13:35:10.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd-ati.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: 0987901301335648.

ao.cge.to.gov.br/ppageral/slide_acoes_de_gestao_ao_fisica/

Fundo Financeiro

Ações de Gestão Financeira
Período: Anual de 2022

Unidade Gestora:

24830

Fundo Financeiro

Programa:

1100

Manutenção e Gestão do Poder Executivo

Ação:

4271

Pagamento de benefícios previdenciários

Orçamento - 12/2022:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
1.342.609.869,00	527.972.959	1.870.582.828,00	1.813.206.846,93	1.813.206.846,93	1.813.206.846,93	57.375.981,07	96,93	96,93	96,93

Recursos Não Vinculados de Impostos5000000000

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
1.000.000,00	40.000,00	1.040.000,00	1.029.705,39	1.029.705,39	1.029.705,39	10.294,61	99,01	99,01	99,01

Detalhamento:

Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
09.272.1100	31.90.01	5000000000	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0	0
09.272.1100	33.90.08	5000000000	999.000,00	40.000,00	1.039.000,00	1.029.705,39	1.029.705,39	1.029.705,39	9.294,61	99,10	99	99

Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro) - Benefícios Previdenciários - Poder Executivo - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)8012111000

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
1.107.178.101,00	562.757.727,00	1.669.935.828,00	1.617.988.868,60	1.617.988.868,60	1.617.988.868,60	51.946.959,40	96,88	96,88	96,88

Detalhamento:

Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
09.272.1100	31.90.01	8012111000	905.821.691,00	574.190.727,00	1.480.012.418,00	1.446.264.154,36	1.446.264.154,36	1.446.264.154,36	33.748.263,64	97,71	97	97
09.272.1100	31.90.03	8012111000	152.516.410,00	-11.623.000,00	140.893.410,00	136.859.916,50	136.859.916,50	136.859.916,50	4.033.493,50	97,13	97	97
09.272.1100	31.90.92	8012111000	48.840.000,00	-310.000,00	48.530.000,00	34.703.511,31	34.703.511,31	34.703.511,31	13.826.488,69	71,50	71	71
09.272.1100	33.90.98	8012111000	0,00	500.000,00	500.000,00	161.286,43	161.286,43	161.286,43	338.713,57	32,25	32	32

Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro) - Benefícios Previdenciários - Poder Legislativo - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)8012121000

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
29.094.782,00	-4.046.122,00	25.048.660,00	23.987.481,20	23.987.481,20	23.987.481,20	1.061.178,80	95,76	95,76	95,76

Detalhamento:

Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
09.272.1100	31.90.01	8012121000	21.827.029,00	-3.012.943,00	18.814.086,00	18.152.666,40	18.152.666,40	18.152.666,40	661.419,60	96,48	96	96
09.272.1100	31.90.03	8012121000	3.967.753,00	-723.179,00	3.244.574,00	3.170.007,96	3.170.007,96	3.170.007,96	74.566,04	97,70	97	97
09.272.1100	31.90.92	8012121000	3.300.000,00	-310.000,00	2.990.000,00	2.664.806,84	2.664.806,84	2.664.806,84	325.193,16	89,12	89	89

Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro) - Benefícios Previdenciários - Tribunal de Contas - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)8012122000

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
40.670.880,00	-1.565.181,00	39.105.699,00	38.155.271,38	38.155.271,38	38.155.271,38	950.427,62	97,56	97,56	97,56

Detalhamento:

Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
09.272.1100	31.90.01	8012122000	32.740.543,00	1.385.819,00	34.126.362,00	33.259.967,48	33.259.967,48	33.259.967,48	866.394,52	97,46	97	97
09.272.1100	31.90.03	8012122000	5.290.337,00	-451.000,00	4.839.337,00	4.773.898,27	4.773.898,27	4.773.898,27	65.438,73	98,64	98	98
09.272.1100	31.90.92	8012122000	2.640.000,00	-2.500.000,00	140.000,00	121.405,63	121.405,63	121.405,63	18.594,37	86,71	86	86

Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro) - Benefícios Previdenciários - Tribunal de Justiça - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)8012131000

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
111.099.127,00	-12.879.157,00	98.219.970,00	95.800.848,21	95.800.848,21	95.800.848,21	2.419.121,79	97,53	97,53	97,53

Detalhamento:

Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
09.272.1100	31.90.01	8012131000	87.308.115,00	-3.758.157,00	83.549.958,00	81.660.081,00	81.660.081,00	81.660.081,00	1.889.877,00	97,73	97	97
09.272.1100	31.90.03	8012131000	15.871.012,00	-2.851.000,00	13.020.012,00	12.630.065,98	12.630.065,98	12.630.065,98	389.946,02	97,00	97	97
09.272.1100	31.90.92	8012131000	7.920.000,00	-6.270.000,00	1.650.000,00	1.510.701,23	1.510.701,23	1.510.701,23	139.298,77	91,55	91	91

Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro) - Benefícios Previdenciários - Ministério Público - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)8012141000

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
40.670.881,00	-10.650.465,00	30.020.416,00	29.196.101,31	29.196.101,31	29.196.101,31	824.314,69	97,25	97,25	97,25

Detalhamento:

Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
09.272.1100	31.90.01	8012141000	32.740.543,00	-7.626.465,00	25.114.078,00	24.410.708,91	24.410.708,91	24.410.708,91	703.369,09	97,19	97	97
09.272.1100	31.90.03	8012141000	5.290.338,00	-524.000,00	4.766.338,00	4.674.740,03	4.674.740,03	4.674.740,03	91.597,97	98,07	98	98
09.272.1100	31.90.92	8012141000	2.640.000,00	-2.500.000,00	140.000,00	110.652,37	110.652,37	110.652,37	29.347,63	79,03	79	79

Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro) - Benefícios previdenciários - Defensoria Pública - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)8012151000

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
12.896.098,00	-5.683.843,00	7.212.255,00	7.048.570,84	7.048.570,84	7.048.570,84	163.684,16	97,73	97,73	97,73

Detalhamento:



Documento foi assinado digitalmente por THALLISON EMANUEL FREITAS MEDEIROS em 31/01/2023 14:08:32.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd-ati.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: 03A31DA801335657.

ao.cge.to

Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
09.272.1100	31.90.01	8012151000	10.913.514,00	-4.467.843,00	6.445.671,00	6.319.646,84	6.319.646,84	6.319.646,84	126.024,16	98,04	98	98
09.272.1100	31.90.03	8012151000	1.322.584,00	-585.000,00	737.584,00	728.924,00	728.924,00	728.924,00	8.660,00	98,82	98	98
09.272.1100	31.90.92	8012151000	660.000,00	-631.000,00	29.000,00	0,00	0,00	0,00	29.000,00	0,00	0	0

Referência

Ano 2022	Período 3o Quadrimestre	Estágio
-------------	----------------------------	---------

Análise:

Esta ação tem como principal função elaborar a folha de pagamento dos inativos e pensionistas dos poderes Legislativo e Judiciário, bem como do Tribunal de Contas do Estado, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, os órgãos do Executivo e unidades da administração direta, as autarquias e as fundações instituídas e ou mantidas pelo Poder Público Estadual, incluindo a Unittins. No fechamento do exercício de 2022, encerramos a folha com 18.217 beneficiários, inativos e pensionistas com um crescimento de 5,61% em relação a janeiro e um gasto com folha de aposentados, pensionistas e com despesas anteriores no valor de R\$ 1.813.206.846,93 (um bilhão, oitocentos e treze milhões, duzentos e seis mil, oitocentos e quarenta e seis reais e noventa e três centavos). Com relação a despesas de exercícios anteriores foram utilizados no exercício de 2022, o valor de R\$ 39.111.077,38 (trinta e nove milhões, cento e onze mil, setenta e sete reais e trinta e oito centavos), com pagamentos de revisão de processos de aposentadorias e pensões, principalmente com relação a progressões. No mês de janeiro de 2022, iniciamos o exercício com a aplicação do reajuste do salário-mínimo, passando para R\$ 1.212,00. Em fevereiro de 2022, iniciamos as atualizações dos beneficiários que recebem o Piso Magistério que passou a ser de R\$ 3.845,63, no total 939 segurados/beneficiários tiveram seus benefícios atualizados retroativos a janeiro/2022. Em julho de 2022 houve a atualização dos benefícios reajustados pelo RPPS (Índice), retroativo a janeiro do corrente ano.

E iniciando o mês de setembro, foram efetuados 2.283 pagamentos referentes a Data Base de 2016 para os professores inativos.

Foi deduzida da ação 4271 - Pagamento de Benefícios Previdenciários o total de R\$ 30.600.523,00, para suplementação na ação 4186 - Coordenação e manutenção dos serviços administrativos gerais, natureza de despesa 3.3.91.39, Fonte 801, os valores abaixo elencados para pagamento de despesas administrativas descritos abaixo:

MARCADOR	VALOR
2111 - Executivo	23.623.273,00
2121 – Assembléia Legislativa	914.943,00
2122 - TCE	158.842,00
2131 - Judiciário	3.414.157,00
2141 - MP	1.202.465,00
2151 - Defensoria	1.286.843,00
Total	30.600.523,00

Houve também dedução na ação 4271 - Pagamento de Benefícios Previdenciários no total de R\$ 56.400.000,00, nos marcadores abaixo relacionados, para suplementação na mesma ação 4271 - Pagamento de Benefícios Previdenciários, no marcador 2111- Poder Executivo, para pagamento da folha de benefícios. Contudo, essa suplementação não alterou o valor total das suplementações dentro dessa ação.

MARCADOR	VALOR
2121 – Assembléia Legislativa	6.000.000,00
2122 - TCE	7.500.000,00
2131 - Judiciário	23.900.000,00
2141 - MP	13.600.000,00
2151 - Defensoria	5.400.000,00
Total	56.400.000,00

Ainda, foi realizada uma suplementação na ação 4271 - Pagamento de Benefícios Previdenciários, no valor total de R\$ 558.533.482,00 (quinhentos e cinquenta e oito milhões, quinhentos e trinta e três mil, quatrocentos e oitenta e dois reais), que teve origem excesso de arrecadação proveniente de antecipação de pagamentos dos acordos de parcelamentos de contribuições previdenciárias junto ao Tesouro Estadual, para complementação das despesas com folha de pagamento de benefícios, os valores abaixo elencados por marcador.

MARCADOR	VALOR
2111 - Executivo	529.981.000,00
2121 – Assembléia Legislativa	2.868.821,00
2122 - TCE	6.093.661,00
2131 - Judiciário	14.435.000,00
2141 - MP	4.152.000,00
2151 - Defensoria	1.003.000,00
Total	558.533.482,00

Foi realizada, ainda, uma suplementação na fonte 500 no valor de R\$ 40.000,00.

Portanto, o valor total suplementado foi de R\$ 527.972.959,00, complementar a folha de pagamentos de aposentados e pensionistas no exercício de 2022.

Assinatura

Responsável - Ação



Fundo Financeiro		Ações de Gestão Financeira Período: Anual de 2022							
Unidade Gestora:									
24830	Fundo Financeiro								
Programa:									
1100	Manutenção e Gestão do Poder Executivo								
Ação:									
6041	Pagamentos de RPV, precatórios e despesas processuais previdenciários								
Orçamento - 12/2022:									
Orç. Inicial 14.000.000,00	Alterações 0	Autorizado 14.000.000,00	Empenhado 8.402.638,69	Liquidado 8.402.638,69	Pago 8.402.638,69	Saldo 5.597.361,31	% E/A 60,01	% L/A 60,01	% P/A 60,01



Documento foi assinado digitalmente por TALYSON BISPO MARINHO em 31/01/2023 13:41:40.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd-ati.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: 7810DA240133568D.

ao.cge.to.gov.br/ppageral/slide_acoes_de_gestao_ao_fisica/

Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro) - Benefícios Previdenciários - Poder Executivo - Fundo em Repartição (Plano Financeiro) 8012111000

Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
12.180.000,00	0,00	12.180.000,00	6.946.780,04	6.946.780,04	6.946.780,04	5.233.219,96	57,03	57,03	57,03

Detalhamento:

Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
09.061.1100	31.90.91	8012111000	12.180.000,00	0,00	12.180.000,00	6.946.780,04	6.946.780,04	6.946.780,04	5.233.219,96	57,03	57	57

Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro) - Benefícios Previdenciários - Tribunal de Contas - Fundo em Repartição (Plano Financeiro) 8012122000

Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
280.000,00	0,00	280.000,00	172.978,19	172.978,19	172.978,19	107.021,81	61,77	61,77	61,77

Detalhamento:

Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
09.061.1100	31.90.91	8012122000	280.000,00	0,00	280.000,00	172.978,19	172.978,19	172.978,19	107.021,81	61,77	61	61

Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro) - Benefícios Previdenciários - Tribunal de Justiça - Fundo em Repartição (Plano Financeiro) 8012131000

Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
1.540.000,00	0,00	1.540.000,00	1.282.880,46	1.282.880,46	1.282.880,46	257.119,54	83,30	83,30	83,30

Detalhamento:

Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
09.061.1100	31.90.91	8012131000	1.540.000,00	0,00	1.540.000,00	1.282.880,46	1.282.880,46	1.282.880,46	257.119,54	83,30	83	83

Referência

Ano	Período	Estágio
2022	3o Quadrimestre	

Análise:

Conforme Sistema de Administração Integrada Financeira do Estado do Tocantins – Siafe-TO, durante o exercício 2022, foi executado no primeiro, segundo e terceiro quadrimestre o valor total de **R\$8.402.638,69**, na Ação de “Pagamentos de RPV, precatórios e despesas processuais previdenciários”, conforme previsto no Programa de Trabalho 2022, ocorrendo da seguinte forma:

R\$6.946.780,04 (seis milhões novecentos e quarenta e seis mil setecentos e oitenta reais e quatro centavos) referente aos débitos advindos de ações judiciais postuladas por servidores oriundos do **Quadro de Pessoal do Poder Executivo**. Desse total, **R\$6.727.733,50, foram referentes a precatórios, distribuídos da seguinte forma:**

R\$ 219.746,24 referente ao precatório nº 0010109-02.2020.827.2700;

Documento foi assinado digitalmente por TALYSON BISPO MARINHO em 31/01/2023 13:41:40.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd-ati.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: 7810DA240133568D.

ao.cge.to.gov.br/ppageral/slide_acoes_de_gestao_nao_fisica/



31/01/2023 12:15

Ações de Gestão Financeira

R\$ 38.933,70 referente ao precatório nº 0010110-84.2020.827.2700;
R\$ 16.491,92 referente ao precatório nº 0010667-71.2020.827.2700;
R\$ 7.058,44 referente ao precatório nº 0011287-83.2020.827.2700;
R\$ 188.097,21 referente ao precatório nº 0013755-20.2020.827.2700;
R\$ 14.067,27 referente ao precatório nº 0014212-52.2020.827.2700;
R\$ 47.743,64 referente ao precatório nº 0014373-62.2020.827.2700;
R\$ 453.519,71 referente ao precatório nº 0009014-34.2020.827.2700;
R\$ 37.266,73 referente ao precatório nº 371218-03.2020.4.01.9198;
R\$ 62.560,76 referente ao precatório nº 0015907-41.2020.827.2700;
R\$ 55.137,86 referente ao precatório nº 0015908-26.2020.827.2700;
R\$ 23.539,73 referente ao precatório nº 0015909-11.2020.827.2700;
R\$ 1.447,83 referente ao precatório nº 0000369-83.2021.827.2700;
R\$ 352.005,72 referente ao precatório nº 0009177-14.2020.827.2700;
R\$ 39.117,80 referente ao precatório nº 014527-08.2021.4.01.9198;
R\$ 15.531,31 referente ao precatório nº 0002086-33.2021.827.2700;
R\$ 222.933,67 referente ao precatório nº 0002131-37.2021.827.2700;
R\$ 27.287,62 referente ao precatório nº 0003015-66.2021.827.2700;
R\$ 3.785,23 referente ao precatório nº 0003483-30.2021.827.2700;
R\$ 540.522,57 referente ao precatório nº 0008073-84.2020.827.2700;
R\$ 328.453,37 referente ao precatório nº 0004388-35.2021.827.2700;
R\$ 68.829,37 referente ao precatório nº 0004484-50.2021.827.2700;
R\$ 15.729,75 referente ao precatório nº 0004770-28.2021.827.2700;
R\$ 77.178,12 referente ao precatório nº 122442-19.2021.4.01.9198;
R\$ 231.778,77 referente ao precatório nº 0005284-78.2021.827.2700;
R\$ 15.637,42 referente ao precatório nº 0005468-34.2021.827.2700;



Documento foi assinado digitalmente por TALYSON BISPO MARINHO em 31/01/2023 13:41:40.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd-ati.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: 7810DA240133568D.

ao.cge.to.gov.br/ppageral/slide_acoes_de_gestao_nao_fisica/

31/01/2023 12:15

Ações de Gestão Financeira

R\$ 15.691,66 referente ao precatório nº 0005629-44.2021.827.2700;
R\$ 15.629,56 referente ao precatório nº 0005936-95.2021.827.2700;
R\$ 177.119,19 referente ao precatório nº 0006478-16.2021.827.2700;
R\$ 21.347,81 referente ao precatório nº 0006479-98.2021.827.2700;
R\$ 234.154,92 referente ao precatório nº 0012992-19.2020.827.2700;
R\$ 59.442,88 referente ao precatório nº 179078-05.2021.4.01.9198;
R\$ 92.703,56 referente ao precatório nº 197576-52.2021.4.01.9198;
R\$ 5.779,01 referente ao precatório nº 0007881-20.2021.827.2700;
R\$ 369.416,44 referente ao precatório nº 0007881-20.2021.827.2700;
R\$ 360.927,69 referente ao precatório nº 0007924-54.2021.827.2700;
R\$ 360.927,69 referente ao precatório nº 0007925-39.2021.827.2700;
R\$ 360.927,69 referente ao precatório nº 0007926-24.2021.827.2700;
R\$ 360.927,69 referente ao precatório nº 0007968-73.2021.827.2700;
R\$ 519.735,88 referente ao precatório nº 0007969-58.2021.827.2700;
R\$ 360.927,69 referente ao precatório nº 0007970-43.2021.827.2700;
R\$ 32.845,34 referente ao precatório nº 008092-56.2021.827.2700;
R\$ 171.506,29 referente ao precatório nº 0008109-92.2021.827.2700;
R\$ 17.150,63 referente ao precatório nº 0008110-77.2021.827.2700;
R\$ 14.937,98 referente ao precatório nº 371219-85.2020.4.01.9198;
R\$ 24.351,46 referente ao precatório nº 0004346-83.2021.827.2700;
R\$ 46.880,68 referente ao precatório nº 131022-38.2021.4.01.9198.

O valor de R\$ 169.336,93, é referente a Requisições de Pequeno Valor, assim distribuídos:

R\$ 25.037,68 referente a três requisições do processo nº 0021675-31.2015.8.27.2729;
R\$ 5.493,97 referente ao processo nº 0044443-09.2019.8.27.2729;
R\$ 5.160,67 referente ao processo nº 500345.55.2008.8.27.2722;



Documento foi assinado digitalmente por TALYSON BISPO MARINHO em 31/01/2023 13:41:40.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd-ati.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: 7810DA240133568D.

ao.cge.to.gov.br/ppageral/slide_acoes_de_gestao_nao_fisica/

31/01/2023 12:15

Ações de Gestão Financeira

R\$ 2.435,33 referente ao processo nº 5032508- 91.2013.8.27.2729;

R\$ 2.752,36 referente ao processo nº 0009381-73.2017.8.27.2729;

R\$ 1.930,65 referente ao processo nº 0011524-56.2017.8.27.2722;

R\$ 1.052,37 referente ao processo nº 0012389-45.2018.27.2722;

R\$ 1.691,77 referente ao processo nº 000.2642-24.2020.8.27.2715;

R\$ 1.707,64 referente ao processo nº 5015352-90.2013.8.27.2729;

R\$ 59.097,89 referente ao processo nº 1000387-38.2017.4.01.4300;

R\$ 9.219,31 referente ao processo nº 0001069-44.2016.4.01.4300;

R\$ 505,49 referente ao processo nº 034610- 93.2021.8.27.2729;

R\$ 1.047,50 referente ao processo nº 0035306- 37.2018.8.27.2729;

R\$ 6.489,98 referente ao processo nº 0024800-71.2018.8.27.2706;

R\$ 2.318,31 referente ao processo nº 0010190-92.2019.8.27.2729;

R\$ 4.747,41 referente ao processo nº 5043339-04.2013.8.27.2729;

R\$ 10.807,20 referente ao processo nº 0053358- 47.2019.8.27.2729;

R\$ 1.089,00 referente ao processo nº 0006515-56.2020.8.27.2707;

R\$ 1.499,36 referente ao processo nº 0015500-79.2019.8.27.2729;

R\$ 14.268,04 referente ao processo nº 0002660- 45.2020.8.27.2715;

R\$ 3.000,00 referente ao processo nº 0001351- 42.2017.4.01.4302;

R\$ 559,20 referente ao processo nº 0046421- 55.2018.8.27.2729;

R\$ 7.425,80 referente ao processo nº 0004937- 60.2018.8.27.2729

Ainda sobre o pessoal do Poder Executivo, houve depósito judicial no valor de **R\$ 49.709,61**, referente a verbas retroativas de pensão por morte, em razão da deliberação judicial advinda da ação nº 5000917-23.2013.8.27.2726, executado nos autos administrativos nº 2021.07.00908R1.

Houve ainda, R\$172.978,19 (cento e setenta e dois mil novecentos e setenta e oito reais e dezenove centavos) referente ao precatório nº 0001197-79.2021.8.27.2700, pago em favor de servidor oriundo do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado.

Documento foi assinado digitalmente por TALYSON BISPO MARINHO em 31/01/2023 13:41:40.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd-ati.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: 7810DA240133568D.

ao.cge.to.gov.br/ppageral/slide_acoes_de_gestao_ao_fisica/



No ano de 2022, houve o pagamento de R\$ 1.282.880,46, referente aos débitos advindos de ações judiciais postuladas por servidores oriundos do Quadro de Pessoal do Tribunal de Justiça, sendo **R\$ 1.272.309,11:**

R\$ 102.906,13 referente ao precatório nº 0013424-38.2020.827.2700;

R\$ 36.316,75 referente ao precatório nº 0000670-30.2021.827.2700;

R\$ 25.584,19 referente ao precatório nº 0003566-46.2021.827.2700;

R\$ 25.243,05 referente ao precatório nº 0003568-16.2021.827.2700;

R\$ 22.835,84 referente ao precatório nº 0003570-83.2021.827.2700;

R\$ 24.377,95 referente ao precatório nº 0003571-68.2021.827.2700;

R\$ 22.106,80 referente ao precatório nº 0003573-38.2021.827.2700;

R\$ 24.597,74 referente ao precatório nº 0003606-28.2021.827.2700;

R\$ 24.170,75 referente ao precatório nº 0003607-13.2021.827.2700;

R\$ 23.103,77 referente ao precatório nº 0003608-95.2021.827.2700;

R\$ 16.098,34 referente ao precatório nº 0003609-80.2021.827.2700;

R\$ 26.088,05 referente ao precatório nº 0003610-65.2021.827.2700;

R\$ 23.920,47 referente ao precatório nº 0003611-50.2021.827.2700;

R\$ 14.730,62 referente ao precatório nº 0005875-40.2021.827.2700;

R\$ 26.869,24 referente ao precatório nº 0006603-81.2021.827.2700;

R\$ 754.301,01 referente ao precatório nº 0007779-95.2021.827.2700;

R\$ 79.058,41 referente ao precatório nº 0007780-80.2021.827.2700

Do total de R\$ 10.571,35, sendo R\$ 10.287,40 da Requisição de Pequeno Valor expedida na ação judicial nº 0012394-12.2019.8.27.2729 e R\$ R\$ 283,95.

Assinatura

Responsável - Ação



Documento foi assinado digitalmente por TALYSON BISPO MARINHO em 31/01/2023 13:41:40.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd-ati.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: 7810DA240133568D.

ao.cge.to.gov.br/ppageral/slide_acoes_de_gestao_ao_fisica/

Ações de Gestão Financeira
Período: Anual de 2022

24840	Fundo Previdenciário
-------	----------------------

1100	Manutenção e Gestão do Poder Executivo
------	--

4270	Pagamento de benefícios previdenciários
------	---

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
4.629.583,00	250.000	4.879.583,00	4.063.152,25	4.063.152,25	4.063.152,25	816.430,75	83,26	83,26	83,26

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
4.042.583,00	0,00	4.042.583,00	3.662.432,92	3.662.432,92	3.662.432,92	380.150,08	90,59	90,59	90,59

Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
09.272.1100	31.90.01	8001111000	715.000,00	250.000,00	965.000,00	937.540,75	937.540,75	937.540,75	27.459,25	97,15	97	97
09.272.1100	31.90.03	8001111000	3.185.583,00	-250.000,00	2.935.583,00	2.688.594,77	2.688.594,77	2.688.594,77	246.988,23	91,58	91	91
09.272.1100	31.90.92	8001111000	142.000,00	0,00	142.000,00	36.297,40	36.297,40	36.297,40	105.702,60	25,56	25	25

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
40.000,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00

Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
09.272.1100	31.90.01	8001121000	40.000,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00	0	0

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00

Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% F/A	% L/A	% P/A
------------------------	----------	-------	--------------	------------	------------	-----------	-----------	------	-------	-------	-------	-------

Documento foi assinado digitalmente por THALLISON EMANUEL FREITAS MEDEIROS em 31/01/2023 14:08:32.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sod-ati.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: B34A1C27013356CE.

ao.cqe.to.gov.br/ppageral/slide_acoes_de_gestao_nao_fisica/



Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) - Benefícios Previdenciários - Tribunal de Justiça – Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) 8001131000

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
198.000,00	0,00	198.000,00	0,00	0,00	0,00	198.000,00	0,00	0,00	0,00

Detalhamento:

Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
09.272.1100	31.90.01	8001131000	150.000,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	0	0
09.272.1100	31.90.92	8001131000	48.000,00	0,00	48.000,00	0,00	0,00	0,00	48.000,00	0,00	0	0

Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) - Benefícios Previdenciários - Ministério Público – Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) 8001141000

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
185.000,00	50.000,00	235.000,00	95.154,18	95.154,18	95.154,18	139.845,82	40,49	40,49	40,49

Detalhamento:

Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
09.272.1100	31.90.01	8001141000	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0	0
09.272.1100	31.90.03	8001141000	81.000,00	50.000,00	131.000,00	95.154,18	95.154,18	95.154,18	35.845,82	72,63	72	72
09.272.1100	31.90.92	8001141000	4.000,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0	0

Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) - Benefícios Previdenciários - Defensoria Pública – Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) 8001151000

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
144.000,00	200.000,00	344.000,00	305.565,15	305.565,15	305.565,15	38.434,85	88,82	88,82	88,82

Detalhamento:

Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
09.272.1100	31.90.01	8001151000	30.000,00	0,00	30.000,00	23.216,93	23.216,93	23.216,93	6.783,07	77,38	77	77
09.272.1100	31.90.03	8001151000	108.000,00	200.000,00	308.000,00	282.348,22	282.348,22	282.348,22	25.651,78	91,67	91	91
09.272.1100	31.90.92	8001151000	6.000,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0	0

Referência

Ano	Período	Estágio
2022	3o Quadrimestre	

Análise:

A ação esta sendo executada a contento.

No fechamento do exercício de 2022, encerramos a folha com 131 inativos e pensionistas e um gasto com folha de aposentados e pensionistas no valor de R\$ 4.026.854,85 (quatro milhões

Documento assinado digitalmente por: LUIZ EDUARDO FREITAS MEDEIROS em 31/01/2023 14:08:32.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd-ati.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: B34A1C27013356CE.

ao.cge.to.gov.br/ppageral/slide_acoes_de_gestao_nao_fisica/



No mês de janeiro de 2022, iniciamos o exercício com a aplicação do reajuste do salário-mínimo, passando para R\$ 1.212,00. Em fevereiro de 2022, iniciamos as atualizações dos beneficiários que recebem o Piso Magistério que passou a ser de R\$ 3.845,63, que tiveram seus benefícios atualizados retroativos a janeiro/2022. Em julho de 2022 houve a atualização dos benefícios reajustados pelo RPPS (Índice), retroativo a janeiro do corrente ano.

E iniciando o mês de setembro, foram efetuados pagamentos referentes a Data Base de 2016 para os professores inativos.

Com relação a despesas de exercícios anteriores foram utilizados no exercício de 2022, o valor de R\$ 36.297,40 (trinta e seis mil, duzentos e noventa e sete reais e quarenta centavos), com pagamentos de revisão de processos de aposentadorias e pensões, principalmente com relação a progressões.

foi realizada uma suplementação nesta ação, no valor de R\$ 200.000,00, para Defensoria (1151000), e de R\$ 50.000,00 para o Ministério Público (1141000), para complementar a folha de pagamento de pensões, deduzindo o total de R\$ 250.000,00 da ação 9001 - Reserva Previdenciária.

Assinatura

Responsável - Ação



Documento foi assinado digitalmente por THALLISON EMANUEL FREITAS MEDEIROS em 31/01/2023 14:08:32.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd-ati.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: B34A1C27013356CE.

ao.cge.to.gov.br/ppageral/slide_acoes_de_gestao_nao_fisica/

31/01/2023 11:30

Ações de Gestão Financeira

Fundo Previdenciário										Ações de Gestão Financeira Período: Anual de 2022		
Unidade Gestora:												
24840		Fundo Previdenciário										
Programa:												
1100		Manutenção e Gestão do Poder Executivo										
Ação:												
9001		Reserva previdenciária do RPPS-TO										
Orçamento - 12/2022:												
Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A			
185.159.642,00	-250.000	184.909.642,00	0,00	0,00	0,00	184.909.642,00	0,00	0,00	0,00			
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) - Benefícios Previdenciários - Poder Executivo - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)												8001111000
Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A			
185.159.642,00	-250.000,00	184.909.642,00	0,00	0,00	0,00	184.909.642,00	0,00	0,00	0,00			
Detalhamento:												
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
99.997.1100	99.99.99	8001111000	185.159.642,00	-250.000,00	184.909.642,00	0,00	0,00	0,00	184.909.642,00	0,00	0	0
Referência												
Ano 2022			Período 3o Quadrimestre				Estágio					
Análise:												
Esta ação tem como objetivo equacionar o equilíbrio orçamentário do RPPS, procurando atender a legislação previdenciária e orçamentária, devendo ser utilizada somente se houver necessidade de adequações das dotações iniciais referente a eventuais insuficiências orçamentária. Nesse sentido, foi realizada uma suplementação na ação 4270 - Pagamento de Benefícios Previdenciários, no valor de R\$ 200.000,00, para Defensoria (1151000), e de R\$ 50.000,00 para o Ministério Público (1141000), para complementar a folha de pagamento de pensões, deduzindo o total de R\$ 250.000,00 desta ação, 9001 - Reserva Previdenciária.												
Assinatura												
Responsável - Ação												

Documento foi assinado digitalmente por MARIA SUELI MARTINS em 31/01/2023 13:17:32.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd-ati.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: 980BE9E9013356D8.ao.cge.to.gov.br/ppageral/slide_acoes_de_gestao_ao_fisica/



Documento foi assinado digitalmente por MARIA SUELI MARTINS em 31/01/2023 13:17:32.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd-ati.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: 980BE9E9013356D8.

ao.cge.to.gov.br/ppageral/slide_acoes_de_gestao_ao_fisica/

Fundo Previdenciário										Ações de Gestão Física Período: Anual de 2022		
Unidade Gestora:												
24830					Fundo Financeiro							
Programa:												
1100					Manutenção e Gestão do Poder Executivo							
Ação:												
3089					Digitalização e microfilmagem de processos e documentos do arquivo							
Orçamento - 12/2022:												
Orc. Inicial 2.000.000,00	Alterações 0	Autorizado 2.000.000,00	Empenhado 0,00	Liquidado 0,00	Pago 0,00	Saldo 2.000.000,00	% E/A 0,00	% L/A 0,00	% P/A 0,00			
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração					8020000000							
Orc. Inicial 2.000.000,00	Alterações 0,00	Autorizado 2.000.000,00	Empenhado 0,00	Liquidado 0,00	Pago 0,00	Saldo final 2.000.000,00	% E/A 0,00	% L/A 0,00	% P/A 0,00			
Detalhamento:												
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
09.126.1100	33.90.40	8020000000	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000.000,00	0,00	0	0
Meta Física:												
2020 1	2021 1	2022 1	2023 0	Unidade Unidade					Sigla un			
Referência:												
Ano 2022	Período 3o Quadrimestre	Meta do Ano (2022) 1,00			Execução 0,00			% Execução 0,0000 %		Estágio		
Análise:												
Exercício 2022												
Os serviços previstos nesta ação envolvem a organização de documentos (higienização, ordenação e preparo para armazenagem); aplicação de código de classificação e da tabela de temporalidade documental; digitalização e indexação de itens documentais; executar o reconhecimento ótico de caracteres (OCR) em imagens; indexação de registros; transferência ordenada de parte do acervo do IGEPREV-TO; armazenagem de documentos; serviços técnicos de gestão de documentos; análise, mapeamento e redesenho de fluxos.												
Para fins de atendimento desta ação, voltada à contratação de empresa para prestação de serviços de Gestão de Informações Documentais, conforme mencionado anteriormente foi iniciado a formalização de processo de contratação, o qual foi instruído com toda documentação referente à fase interna e encaminhado à Superintendência de Compras e Central de Licitações - SCCL												

Documento foi assinado digitalmente por JULIO SOARES LACERDA em 31/01/2023 13:35:10.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd-ati.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: 465CA7F9013356E3.ao.cge.to.gov.br/ppageral/slide_acoes_de_gestao_fisica/

para fins realização de certame licitatório.

Após a publicação do Edital houveram dois pedidos de impugnação e considerando os pedidos terem sido protocolados durante o prazo legal para apresentação de questionamentos, estes foram aceitos para a devida análise. Considerando que os questionamentos foram a respeito de exigências inclusas pela Agência de Tecnologia da Informação – ATI durante a elaboração do Termo de Referência; o certame foi adiado e o processo encaminhado a ATI para análise e manifestação quanto aos apontamentos feitos pela empresas impugnantes.

Tendo em vista as solicitações formalizadas pelas empresas foram consideradas parcialmente procedentes, houve a necessidade de revisar o Projeto Básico, Termo de Referência, atualizar orçamentos entre diversos outros atos praticados nos autos no processo.

Dessa forma, não foi possível realizar a contratação de prestador de serviços qualificado e consequente a execução dos serviços previstos nesta ação foram prejudicados.

Quanto às dificuldades para execução da ação, podemos destacar o fato de que por se tratar de um serviço de Tecnologia da Informação e Comunicação, apenas alguns dos atos praticados na instrução do processo de contratação são realizados pela Gerência Geral de Administração do Igeprev-TO, não sendo possível exercer controle ou mesmo estimar prazos, sobre os atos praticados por outras instituições.

Assim, por se tratar de serviço de grande importância para o Instituto, a conclusão dos procedimentos de contratação e execução dos serviços serão realizados no próximo exercício financeiro.

Assinatura

Responsável - Ação



Documento foi assinado digitalmente por JULIO SOARES LACERDA em 31/01/2023 13:35:10.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd-ati.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: 465CA7F9013356E3.

ao.cge.to.gov.br/ppageral/slide_acoes_de_gestao_fisica/

Ações de Gestão Física												
Fundo Previdenciário												
Unidade Gestora:												
24830					Fundo Financeiro							
Programa:												
1100					Manutenção e Gestão do Poder Executivo							
Ação:												
4179					Promoção de eventos de capacitação de servidores							
Orçamento - 12/2022:												
Orç. Inicial 291.350,00	Alterações 30.000	Autorizado 321.350,00	Empenhado 260.024,21	Liquidado 249.002,61	Pago 249.002,61	Saldo 61.325,79	% E/A 80,91	% L/A 77,48	% P/A 77,48			
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração					8020000000							
Orç. Inicial 291.350,00	Alterações 30.000,00	Autorizado 321.350,00	Empenhado 260.024,21	Liquidado 249.002,61	Pago 249.002,61	Saldo final 61.325,79	% E/A 80,91	% L/A 77,48	% P/A 77,48			
Detalhamento:												
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
09.128.1100	33.90.14	8020000000	40.000,00	0,00	40.000,00	33.408,75	33.408,75	33.408,75	6.591,25	83,52	83	83
09.128.1100	33.90.30	8020000000	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0	0
09.128.1100	33.90.33	8020000000	41.200,00	50.000,00	91.200,00	87.748,46	76.726,86	76.726,86	3.451,54	96,21	84	84
09.128.1100	33.90.36	8020000000	5.150,00	0,00	5.150,00	0,00	0,00	0,00	5.150,00	0,00	0	0
09.128.1100	33.90.39	8020000000	200.000,00	-20.000,00	180.000,00	138.867,00	138.867,00	138.867,00	41.133,00	77,14	77	77
Meta Física:												
2020 5	2021 5	2022 6	2023 0	Unidade Unidade				Sigla un				
Referência:												
Ano 2022	Período 3o Quadrimestre	Meta do Ano (2022) 6,00			Execução 10,00		% Execução 166,6666 %		Estágio			
Análise:												

Documento foi assinado digitalmente por MARIA CONCEIÇÃO PEREIRA MARTINS em 31/01/2023 13:17:18.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd-ati.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: B05D58A7013356EA.

ao.cge.to.gov.br/ppageral/slide_acoes_de_gestao_fisica/



Esta ação é destinada à promoção de eventos para capacitar os servidores do Igeprev-TO, e tem como principal objetivo oferecer ao servidor mais conhecimento, qualidade profissional e excelência na prestação de serviços, ocasionando maior produtividade. Assim, foram realizados, até dezembro/2022, 12 (doze) eventos de capacitação, com um total de 148 servidores, 06 conselheiros e 1 estagiário capacitados. As despesas empenhadas com os referidos eventos, relacionadas a passagens aéreas, diárias, inscrições e contratação de empresa ficaram em um total de R\$ 260.024,21. Segue os referidos eventos:

- **4º Congresso Brasileiro de Investimentos dos RPPS**, em Florianópolis/SC, houve a participação de 3 (três) servidores;
- **Curso Folha de Pagamento no Funcionalismo Público**, na cidade de Fortaleza-CE, com 07(sete) servidores;
- Capacitação com 10 servidores do É Pra já de Araguaína e Gurupi, com tema sobre **manuseio do sistema SISPREVWEB**, ministrado por dois servidores deste Instituto;
- **55º Congresso Nacional do Abipem e 4º Congresso Estadual da Aceprem**, em Fortaleza/CE, com a participação de 11 (onze) servidores;
- **Curso Planejamento Estratégico de Regime de Previdência**, participou 53 servidores, 06 conselheiro e 01 estagiário, realizado nos dias 30 e 31 de maio e 1,2 e 3 de junho de 2022, no auditório do Igeprev, com despesa da contratação de empresa especializada;
- **Evento Expert xp 2022**, realizado no período de 03 a 04 de agosto de 2022, na cidade de SÃO PAULO – SP, com a participação de 04 servidores;
- **Workshop de Contratações Públicas**, realizado no período de 12 a 16 de setembro de 2022, em Palmas-TO, com a participação de 12 servidores, sendo as despesas apenas com despesa apenas com as inscrições;
- **Curso de Auditoria Jurídica nos Processos de Concessão de Benefícios Previdenciários**, realizado no período de 28 de setembro de 2022, em Palmas – TO, onde 05 servidores participaram do curso;
- **Curso Atualização na Previdência do Servidor**, realizado no período de 29 e 30 de setembro de 2022, em Palmas – TO, com a participação de 27 servidores, com despesas apenas com as inscrições;
- Capacitação com 10 servidores do Programa É pra Já, da cidade de Araguaína – TO e Gurupi-TO, no período de 17 a 21 de outubro de 2022, quanto ao Manuseio do sistema Sisprev-web, procedimentos e assuntos previdenciários, bem como, análise funcional e das CTS's, oriundos do RGPS e RPPS, com despesas apenas com diárias;
- **Congresso Internacional de Gestão da Previdência Social**, realizado em Brasília – DF, no período de 16 a 18 de novembro de 2022, participando 03 servidores;
- **Visita Técnica no Instituto Rioprevidência, para conhecimento da metodologia utilizada na área de compensação**, com a participação de 03 servidores, no período de 14 a 17 de dezembro de 2022, no Rio de Janeiro-RJ.

Foram previstos nesta ação a realização de 06 eventos de capacitação, contudo foram realizados um total 10 eventos no decorrer no exercício de 2022, superando a estimativa..

Assinatura

Responsável - Ação



Documento foi assinado digitalmente por MARIA CONCEIÇÃO PEREIRA MARTINS em 31/01/2023 13:17:18.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd-ati.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: B05D58A7013356EA.

ao.cge.to.gov.br/ppageral/slide_acoes_de_gestao_fisica/

Fundo Previdenciário										Ações de Gestão Física		
Período: Anual de 2022												
Unidade Gestora:												
24830						Fundo Financeiro						
Programa:												
1100						Manutenção e Gestão do Poder Executivo						
Ação:												
4206						Divulgação das ações do IGEPREV						
Orçamento - 12/2022:												
Orç. Inicial 200.000,00	Alterações -30.000	Autorizado 170.000,00	Empenhado 56.010,60	Liquidado 23.210,60	Pago 23.210,60	Saldo 113.989,40	% E/A 32,94	% L/A 13,65	% P/A 13,65			
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração						8020000000						
Orç. Inicial 200.000,00	Alterações -30.000,00	Autorizado 170.000,00	Empenhado 56.010,60	Liquidado 23.210,60	Pago 23.210,60	Saldo final 113.989,40	% E/A 32,94	% L/A 13,65	% P/A 13,65			
Detalhamento:												
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
09.131.1100	33.90.30	8020000000	0,00	23.250,00	23.250,00	23.210,60	23.210,60	23.210,60	39,40	99,83	99	99
09.131.1100	33.90.39	8020000000	200.000,00	-53.250,00	146.750,00	32.800,00	0,00	0,00	113.950,00	22,35	0	0
Meta Física:												
2020 3	2021 3	2022 4	2023 0	Unidade Unidade				Sigla un				
Referência:												
Ano 2022	Período 3o Quadrimestre	Meta do Ano (2022) 4,00			Execução 3,00		% Execução 75,0000 %			Estágio		
Análise:												
Para essa ação foram previstas as seguinte metas: 1. Momento Previdência; 2. Dia do Servidor Público Aposentado; 3. Recenseamento Previdenciário; 4. Prova de Vida. 1. Momento Previdência – Em 2022, foi dada ampla divulgação aos 15 episódios dos programetes da 1ª Temporada do Momento Previdência, relacionados a variados assuntos previdenciários, e inseridos no Canal do Igeprev no Youtube. Desde então, o canal atingiu um número de mais de 550 inscritos e uma excelente aceitação dos segurados e beneficiários.												

Documento foi assinado digitalmente por RENATA VIEIRA ALVES DOURADO em 31/01/2023 13:37:00.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd-ati.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: 475B5302013356F5.

ao.cge.to.gov.br/ppageral/slide_acoes_de_gestao_fisica/



No início do segundo semestre, foi dado início a produção da 2ª Temporada do Momento Previdência com mais 15 novos episódios, que versa em duas fases, a primeira com a roteirização, criação e encenação dos personagens. Para esse serviço foi empenhado o valor de R\$ 15.600,00 (quinze mil e seiscentos reais). Já na segunda fase, que consiste nas gravações internas e externas, além da edição e pós-produção. Para esse serviço foi empenhado o valor de R\$ 17.200,00 (dezessete mil e duzentos reais).

2. Dia do Servidor Público Aposentado – Celebrado em 17 de junho, com o objetivo de realizar ações voltadas para os aposentados, houve uma singela divulgação nas redes sociais de cards, alusivos a data citada, sem custos adicionais.

3. Prova de Vida – Para o ano em análise, foi programado para ser realizado nos meses de novembro e dezembro, com ampla divulgação de peças publicitárias (card, spot e outros), e um vídeo institucional no Canal do Igeprev no Youtube, redes sociais e canais de comunicação oficiais do Instituto e Governo do Estado; assim, como a geração de mídia espontânea, para rádio e TV. Por conta da realização das eleições 2022, os custos desse material produzido foram via Secom.

4. Recenseamento Previdenciário 2022 – O senso cadastral teve como material publicitário divulgado, seis audiovisuais institucionais e peças publicitárias diversificadas (cards, web-banner's, spots, dentre outras), cujo objetivo foi o de atingir um público-alvo de mais de 48 mil servidores ativos, inativos e pensionistas, civis e militares. A divulgação teve amplo alcance nos canais de comunicação do Igeprev e do Governo do Estado, contribuindo para o alcance final de 86% dos recenseados. Para tanto, essa divulgação contou ainda, com algumas peças publicitárias produzidas pela Secom sem custo financeiro para o Igeprev.

Ainda em 2022, foram realizadas despesas no valor total de R\$ 23.210,60 (vinte e três mil, duzentos e dez reais e sessenta centavos), com contratação de serviços de impressão de 40 fotos P&B, em papel especial, confecção de 40 molduras para galeria fotográfica permanente, além de uma placa memorial dos ex-gestores deste Instituto.

A Assessoria de Comunicação continuou a realização das suas atividades cotidianas, bem como: a composição de matérias jornalísticas, assessoramento à imprensa, assessoramento as demais gerências e diretorias do Instituto, produção de informativos digitais previdenciários, produção de material visual publicitário e audiovisual, orientações ao público interno e externo, moderação de conteúdo do site e das redes sociais, criação e produção de novos projetos. Essas ações somam com as demais para excelência no andamento da comunicação do órgão ao longo do ano.

Informamos que houve um decréscimo no orçamento previsto para o exercício no valor de R\$ 30.000,00, o qual foi suplementado na ação 4179 - Promoção de eventos de capacitação de servidores com o objetivo de complementar o orçamento para capacitação na área previdenciária. Ainda, foi realizada uma movimentação de alteração de QDD no valor de 23.250,00 na natureza 33.90.30 para pagamento de despesas que não foram previstas.

Assinatura

Responsável - Ação



Fundo Previdenciário										Ações de Gestão Física Período: Anual de 2022		
Unidade Gestora:												
24830						Fundo Financeiro						
Programa:												
1100						Manutenção e Gestão do Poder Executivo						
Ação:												
4209						Elaboração de estudos previdenciários						
Orçamento - 12/2022:												
Orc. Inicial 130.000,00	Alterações 0	Autorizado 130.000,00	Empenhado 46.435,23	Liquidado 34.635,23	Pago 34.635,23	Saldo 83.564,77	% E/A 35,71	% L/A 26,64	% P/A 26,64			
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração						8020000000						
Orc. Inicial 130.000,00	Alterações 0,00	Autorizado 130.000,00	Empenhado 46.435,23	Liquidado 34.635,23	Pago 34.635,23	Saldo final 83.564,77	% E/A 35,71	% L/A 26,64	% P/A 26,64			
Detalhamento:												
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
09.272.1100	33.90.35	8020000000	130.000,00	0,00	130.000,00	46.435,23	34.635,23	34.635,23	83.564,77	35,71	26	26
Meta Física:												
2020 1	2021 1	2022 2	2023 0	Unidade Unidade				Sigla un				
Referência:												
Ano 2022	Período 3o Quadrimestre	Meta do Ano (2022) 2,00			Execução 2,00		% Execução 100,0000 %		Estágio			
Análise:												
Para o ano de 2022 foram previstos a elaboração de 2 estudos de consultoria: Relatório de Avaliação Atuarial e ALM (Asset Liability Management). Tendo em vista a necessidade de garantir a cobertura dos riscos assumidos pelo Plano de Benefícios, preservando-lhe o equilíbrio atuarial, foi contratada a empresa Exacttus Consultoria Atuarial para prestar os serviços de consultoria e a execução do Relatório de Avaliação												

Documento foi assinado digitalmente por ODIRCE SOARES DO NASCIMENTO em 31/01/2023 13:22:51.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd-ati.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: 8A6E7518013356FF.ao.cge.to.gov.br/ppageral/slide_acoes_de_gestao_fisica/

Atuarial para o exercício 2022.

Assim como, para atender ao Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União (Pró-Gestão RPPS), que tem como objetivo aprimorar a gestão através do Programa de Certificação Institucional da Gestão dos Regimes Próprios Previdenciários Social – RPPS e proporcionar maior controle dos seus ativos e passivos através do estudo de consultoria ALM (Asset Liability Management), para elaboração do diagnóstico da carteira de investimentos atual do RPPS e proposta de revisão de alocação das aplicações financeiras da política de investimentos, visando a otimização das carteiras de investimento.

Os dois estudos foram concluídos dentro do exercício de 2022 com a despesa empenhada no valor de R\$ 46.435,23.

Assinatura

Responsável - Ação



Documento foi assinado digitalmente por ODIRCE SOARES DO NASCIMENTO em 31/01/2023 13:22:51.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd-ati.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: 8A6E7518013356FF.

ao.cge.to.gov.br/ppageral/slide_acoes_de_gestao_fisica/

Ações de Gestão Física												
Fundo Previdenciário												
Unidade Gestora:												
24830					Fundo Financeiro							
Programa:												
1100					Manutenção e Gestão do Poder Executivo							
Ação:												
3068					Reestruturação e aparelhamento unidades do IGEPREV							
Orçamento - 12/2022:												
Orç. Inicial 1.470.000,00	Alterações -35.000	Autorizado 1.435.000,00	Empenhado 44.828,39	Liquidado 4.171,39	Pago 4.171,39	Saldo 1.390.171,61	% E/A 3,12	% L/A 0,29	% P/A 0,29			
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração					8020000000							
Orç. Inicial 1.470.000,00	Alterações -35.000,00	Autorizado 1.435.000,00	Empenhado 44.828,39	Liquidado 4.171,39	Pago 4.171,39	Saldo final 1.390.171,61	% E/A 3,12	% L/A 0,29	% P/A 0,29			
Detalhamento:												
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
09.122.1100	44.90.51	8020000000	970.000,00	-35.000,00	935.000,00	0,00	0,00	0,00	935.000,00	0,00	0	0
09.122.1100	44.90.52	8020000000	500.000,00	0,00	500.000,00	44.828,39	4.171,39	4.171,39	455.171,61	8,96	0	0
Meta Física:												
2020 2	2021 2	2022 2	2023 0	Unidade Unidade				Sigla un				
Referência:												
Ano 2022	Período 3o Quadrimestre	Meta do Ano (2022) 2,00			Execução 0,00		% Execução 0,0000 %			Estágio		
Análise:												
Inicialmente a ação de Reestruturação e Aparelhamento das Unidades do Igeprev/TO, tinha por objetivos, a instalação de sistema de geração de energia fotovoltaica; a realização de serviços e obras de engenharia destinadas à manutenção e conservação da Sede deste Instituto e a aquisição de mobiliário: mesas, cadeiras e gaveteiros. Quanto à instalação do sistema de geração de energia fotovoltaica, todos os procedimentos relativos à formalização do processo destinado à referida contratação foram suspensos em atendimento às orientações do Ofício Circular nº 01/2022/GABSEC da Secretaria de Parcerias e Investimentos, SGD: 2022/75019/000031, o qual informou da futura implantação de mini usinas de energia solar fotovoltaica por meio de parceria Público-Privada, na modalidade de concessão que irá atender todas as unidades administrativas do Poder Executivo Estadual.												

Documento foi assinado digitalmente por JULIO SOARES LACERDA em 31/01/2023 13:35:11.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd-ati.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: 7CABA43701335706.

ao.cge.to.gov.br/ppageral/slide_acoes_de_gestao_fisica/



Para contratação dos serviços e obras de engenharia, constatou-se a necessidade de elaboração de projetos por profissionais com tais especializações devido à complexidade dos serviços a serem realizados, dessa forma, somente após a elaboração dos projetos de alteração da rede de dados e rede elétrica, instalação de novos aparelhos condicionadores de ar e alteração do layout de algumas salas, inclusive com melhor aproveitamento de espaço interno do prédio, onde serão construídas novas salas, será possível efetivamente continuar com a instrução do processo voltado à licitação para contratação dos serviços e obras pretendidas.

Durante o exercício de 2022, algumas dificuldades enfrentadas para aquisições de bens diversos, sejam por meio de licitação ou mesmo para instrução dos processos formalizados por “dispensa” de licitação, devido ao uso do novo software de Compras Eletrônica do Governo Estadual denominado Sistema Integrado de Gestão Administrativa – SIGA, devido se tratar de sistema ainda em fase de implantação para os processos licitatórios e em fase de adaptações para os processos de dispensa, assim os servidores usuários tiveram uma série de dificuldades na utilização do novo sistema.

As demandas dos usuários foram atendidas, em sua maioria, pela Superintendência de Compras e Central de Licitações – SCCL e pela Agência de Tecnologia da Informação – ATI.

Quanto às despesas com equipamentos e material permanente, o Instituto realizou as seguintes aquisições: aquisição de uma cama para exames tipo maca, no valor de R\$ 1.231,87 e uma escada com dois degraus no valor de R\$ 298,25, destinados ao aparelhamento da sala de perícia médica, procedimento realizado por meio do processo 2022/24830/000797; aquisição de livros diversos para os setores Controle Interno e Assessoria Jurídica no valor total empenhado de R\$ 2.641,27, processo nº 2021/24830/003198 e, aquisição de móveis (mesas, cadeiras e gaveteiros) sendo 10 unidades de cada item conforme processo nº 2022/24830/001852, o valor da aquisição do mobiliário foi de R\$ 40.657,00. O valor total empenhado na natureza de capital foi de R\$ 44.828,39.

No que diz respeito à movimentação orçamentária, houve a necessidade de crédito suplementar na ação de Manutenção de Serviços de Transporte – 4251, natureza de despesa 3.3.90.30 - material de consumo. Para atendimento da referida demanda foi realizado o cancelamento de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) na ação de Reestruturação e Aparelhamento Unidades do IGEPREV - 3068, natureza de despesa 4.4.90.51 (Obras e instalações). A referida movimentação não causou nenhum impacto nas atividades previstas e nos objetivos estabelecidos para esta ação.

Assinatura

Responsável - Ação



Documento foi assinado digitalmente por JULIO SOARES LACERDA em 31/01/2023 13:35:11.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd-ati.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: 7CABA43701335706.

ao.cge.to.gov.br/ppageral/slide_acoes_de_gestao_fisica/

EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO

Republicado para correção

Processo nº: 2021/20301/000029
 Termo de Colaboração nº: 45/2021
 Concedente: Fundação de Amparo à Pesquisa do Tocantins
 Conveniente: Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins
 CNPJ: 06.343.763/0001-11
 Objeto: Atender as demandas referentes à aquisição de insumos odontológico para atender às necessidades do Instituto Federal do Tocantins - IFTO, Campus Araguatins, por meio de recebimento de Emenda Parlamentar do Deputado Estadual Junior Geo.
 Valor Concedido: R\$ 78.800,00 (setenta e oito mil e oitocentos reais)
 Natureza da Despesa: 335041
 Fonte de Recurso: 104
 Data da Assinatura: 21 de dezembro de 2021
 Vigência: 01 de dezembro de 2022
 Signatários: Márcio Antônio da Silveira - Presidente da FAPT
 Fernanda Silva Fernandes Barbosa - Diretora da FAPTO
 Gestor do Termo: Paulino Barros dos Santos
 Nº funcional: 762377-1

MARCIO ANTÔNIO DA SILVEIRA
 Presidente

EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO

Republicado para correção

Processo nº: 2021/20301/000027
 Termo de Colaboração nº: 71/2021
 Concedente: Fundação de Amparo à Pesquisa do Tocantins
 Conveniente: Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins
 CNPJ: 06.343.763/0001-11
 Objeto: A estruturação de um Centro de Pesquisa Clínica (CPC) na Universidade Federal do Tocantins - UFT, campus de Palmas, a fim de desenvolver pesquisas clínicas na busca de novos fármacos, vacinas, medicamentos fitoterápicos, nutraêuticos, alimentos funcionais ou mesmo redirecionamento dos mesmos para novas finalidades
 Valor Concedido: R\$ 98.500,00 (noventa e oito mil e quinhentos reais)
 Natureza da Despesa: 445042
 Fonte de Recurso: 104
 Data da Assinatura: 21 de dezembro de 2021
 Vigência: 01 de junho de 2022
 Signatários: Márcio Antônio da Silveira - Presidente da FAPT
 Fernanda Silva Fernandes Barbosa - Diretora da FAPTO
 Gestor do Termo: Jaqueline Parente Borges
 Nº funcional: 1284568-1

MARCIO ANTÔNIO DA SILVEIRA
 Presidente

EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO

Republicado para correção

Processo nº: 2021/20301/000030
 Termo de Colaboração nº: 72/2021
 Concedente: Fundação de Amparo à Pesquisa do Tocantins
 Conveniente: Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins
 CNPJ: 06.343.763/0001-11
 Objeto: Atender as demandas referentes a cursos e Simpósios votados para qualificação de professores da Universidade Federal do Tocantins - Campus Palmas, por meio de recebimento de Emenda Parlamentar do Deputado Estadual Junior Geo.
 Valor Concedido: R\$ 57.376,00 (cinquenta e sete mil, trezentos e setenta e seis reais e vinte e cinco centavos)
 Natureza da Despesa: 335041
 Fonte de Recurso: 104
 Data da Assinatura: 20 de dezembro de 2021
 Vigência: 01 de dezembro de 2022
 Signatários: Márcio Antônio da Silveira - Presidente da FAPT
 Fernanda Silva Fernandes Barbosa - Diretora da FAPTO
 Gestor do Termo: Raphael Macedo Santos
 Nº funcional: 1270788-1

MARCIO ANTÔNIO DA SILVEIRA
 Presidente

EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO

Republicado para correção

Processo nº: 2021/20301/000031
 Termo de Colaboração nº: 73/2021
 Concedente: Fundação de Amparo à Pesquisa do Tocantins
 Conveniente: Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins
 CNPJ: 06.343.763/0001-11
 Objeto: Atender as demandas acerca da construção de unidade modelo de produção de proteína animal a partir de aves na Universidade Federal do Tocantins - UFT, campus de Palmas, por meio de recebimento de Emenda Parlamentar do Deputado Estadual Junior Geo.
 Valor Concedido: R\$ 98.500,00 (Noventa e oito mil e quinhentos reais)
 Natureza da Despesa: 445042
 Fonte de Recurso: 104
 Data da Assinatura: 21 de dezembro de 2021
 Vigência: 01 de dezembro de 2022
 Signatários: Márcio Antônio da Silveira - Presidente da FAPT
 Fernanda Silva Fernandes Barbosa - Diretora da FAPTO
 Gestor do Termo: Gilberto Ferreira dos Santos
 Nº funcional: 724819-1

MARCIO ANTÔNIO DA SILVEIRA
 Presidente

IGEPREV**PORTARIA Nº 290, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022.**

OPRESIDENTE DO INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 20, inciso IX, da Lei nº 1.940, de 1º de julho de 2008, e

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 3.621, de 18 de dezembro de 2019 (PPA 2020-2023) e suas revisões, projetos de Lei específicos e orçamentos anual;

CONSIDERANDO a Instrução Normativa SEPLAN nº 1/2022, de 10 de janeiro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores responsáveis pelo Planejamento e Orçamento e pelo Programa de Gestão e Manutenção do Instituto de Gestão Previdenciária e respectivas Ações Orçamentárias do Plano Plurianual 2020-2023, disposto na Lei nº 3.842, de 28 de dezembro de 2021 (PPA 2020-2023, Revisão 2022) e na Lei 3.843, de 28 de dezembro de 2021 (LOA 2022), Leis específicas no âmbito deste Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins, na forma estabelecida no Anexo Único a esta Portaria.

Art. 2º Revoga-se a Portaria nº 851, de 23 de março de 2021, publicada no DOE nº 5.818, de 30 de março de 2021.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SHARLLES FERNANDO BEZERRA LIMA
 Presidente

ANEXO ÚNICO À PORTARIA Nº 290/2022

Unidade Orçamentária 248300 - Plano Financeiro - Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins - IGEPREV				
Planejamento e Convênios	Servidor Responsável		Matrícula	Cargo
	Titular:	Bárbara Jesuina Mendes Gomes	986395-2	Gerente de Planejamento e Convênios
	Suplente:	Maria Sueli Martins	366124-1	Assistente Administrativo
Programa: 1100 Manutenção do Instituto de Gestão Previdenciária				
Nº	Programa	Servidor Responsável		Cargo
1100	Manutenção do Instituto de Gestão Previdenciária	Titular:	Júlio Soares Lacerda	986318-9
		Suplente:	Lusinaldo Silva de Sousa	11459654-1
Nº	Ação Orçamentária	Servidor Responsável		Cargo
3068	Reestruturação e Aparelhamento Unidades do Igeprev-TO	Titular:	Júlio Soares Lacerda	986318-9
		Suplente:	José Umbelino Pires Pereira Neto	294588-2
				Engenheiro

Nº	Ação Orçamentária	Servidor Responsável		Matrícula	Cargo
4186	Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	Titular:	Julio Soares Lacerda	988318-9	Gerente Geral de Administração
		Suplente:	Lusinaldo Silva de Sousa	11459654-1	Gestor Público
Nº	Ação Orçamentária	Servidor Responsável		Matrícula	Cargo
4213	Manutenção de Recursos Humanos	Titular:	Maria Conceição Pereira Martins	1262602-5	Gerente de Gestão de Pessoas
		Suplente:	Rossana Maria Vasconcelos Lopes	603731-1	Assistente Administrativo
Nº	Ação Orçamentária	Servidor Responsável		Matrícula	Cargo
4251	Manutenção de Serviços de Transporte	Titular:	Julio Soares Lacerda	988318-9	Gerente Geral de Administração
		Suplente:	Leonardo Linhares de Oliveira	11150092-2	Motorista

Nº	Ação Orçamentária	Servidor Responsável		Matrícula	Cargo
3089	Digitalização e Microfilmagem de Processos e Documentos do arquivo	Titular:	Julio Soares Lacerda	988318-9	Gerente Geral de Administração
		Suplente:	Kennynpher Brito de Queiróz	1263145-5	Assessor Comissionado II
Nº	Ação Orçamentária	Servidor Responsável		Matrícula	Cargo
4240	Manutenção de Serviços de Informática	Titular:	Julio Soares Lacerda	988318-9	Gerente Geral de Administração
		Suplente:	Kennynpher Brito de Queiróz	1263145-5	Assessor Comissionado II
Nº	Ação Orçamentária	Servidor Responsável		Matrícula	Cargo
6041	Pagamento de RPV, Precatórios e despesas processuais Previdenciários	Titular:	Talyson Bispo Marinho	11183365-3	Assessor Comissionado II
		Suplente:	Sileide Cardoso de Moraes	433837-1	Assistente Administrativo
Nº	Ação Orçamentária	Servidor Responsável		Matrícula	Cargo
4179	Promoção de eventos de capacitação de servidores	Titular:	Maria Conceição Pereira Martins	1262602-5	Gerente de Gestão de Pessoas
		Suplente:	Rossana Maria Vasconcelos Lopes	603731-1	Assistente Administrativo
Nº	Ação Orçamentária	Servidor Responsável		Matrícula	Cargo
4206	Divulgação das Ações do Igeprev-TO	Titular:	Morgana Taise	34104-5	Chefe da Assessoria de Comunicação
		Suplente:	Renata Andre Vieira Alves Dourado	817202-3	Analista de Comunicação Social
Nº	Ação Orçamentária	Servidor Responsável		Matrícula	Cargo
4209	Elaboração de Estudos Previdenciários	Titular:	Odircio Soares do Nascimento	674841-2	Assessoramento Contábil-FCAC 1
		Suplente:	Gilson Evangelista Oliveira	441330-3	Gerente de Auditoria de Benefícios
4271	Pagamento de Benefícios Previdenciários	Titular:	Norbêquio das Chagas Alves	799443-2	Gerente de Folha de Pagamento de Benefícios
		Suplente:	Thallison Emanuel Freitas Medeiros	11236221-1	Assistente Administrativo

Unidade Orçamentária 248400 - Plano Previdenciário - Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins - IGEPREV					
Programa: 1100 Manutenção do Instituto de Gestão Previdenciária					
Nº	Ação Orçamentária	Servidor Responsável		Matrícula	Cargo
4270	Pagamento de Benefícios Previdenciários	Titular:	Norbêquio das Chagas Alves	799443-2	Gerente de Folha de Pagamento de Benefícios
		Suplente:	Thallison Emanuel Freitas Medeiros	11236221-1	Assistente Administrativo
Nº	Ação Orçamentária	Servidor Responsável		Matrícula	Cargo
9001	Reserva Previdenciária do RPPS-TO	Titular:	Maria Sueli Martins	386124-1	Assistente Administrativo
		Suplente:	Bárbara Jesuina Mendes Gomes	966395-2	Gerente de Planejamento e Convênios

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO
AO CONTRATO Nº 16/2020

Processo nº: 2019/24830/001653
Aditivo: 1º (primeiro)
Número automático Siafe/TO: 20001167
Contratante: Instituto de Gestão Previdenciária do Estado Tocantins - IGEPREV
Contratada: CLARO S/A
CNPJ: 40.432.544/0001-47
Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato Original por 12 meses
Valor Estimado: R\$ 29.962,80 (vinte e nove mil, novecentos e sessenta e dois reais e oitenta centavos)
Fundamentação Legal: Termos da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações
Dotação orçamentária: 09.126.1100.4240.0000
Elemento de despesa: 33.90.40
Fonte Recurso: 802
Vigência: 14 de janeiro de 2022 a 13 de janeiro de 2023.
Assinatura: 05/01/2022
Signatários: Sharlles Fernando Bezerra Lima - Presidente do IGEPREV-TO
Regina Zarife do Nascimento - Representante da CLARO S/A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente do Conselho de Administração do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins - IGEPREV-TO no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 15, II, da Lei nº 1.940, de 1º de julho de 2008, vem convocar os Membros do Conselho de Administração para a 149ª Reunião Ordinária do referido Conselho, a realizar-se no dia 24 de fevereiro, às 9h, em 1ª chamada, com *quórum* regimental para deliberar sobre os assuntos previstos no art. 14, da Lei nº 1.940, de 1º de julho de 2008.

SERGISLEI SILVA DE MOURA
Presidente do Conselho de Administração em substituição

NATURATINS

COMISSÃO DE JULGAMENTO DE AUTO DE INFRAÇÃO

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL - PROCESSO Nº 4768-2019-F

A Comissão de Julgamento de Auto de Infração - CJAÍ, instituída pela Portaria/Naturatins nº 44/2015, de 12 de fevereiro de 2015, publicada no Diário Oficial nº 4.320, de 19 de fevereiro de 2015, alterada pela Portaria/Naturatins nº 138/2021, publicada no Diário Oficial do Estado nº 5.907, no uso de suas atribuições e fundamentada na legislação vigente, NOTIFICA: F PAULO NETO LACTEOS LTDA; CNPJ nº xx.xxx.xxx/xxx1-56, para que tome ciência da decisão prolatada nos autos, conforme segue abaixo:

Refere-se ao Auto de Infração nº 127114-2019, com a descrição da seguinte conduta: deixar de atender a exigências legais ou regulamentares quando devidamente notificado pela autoridade ambiental competente no prazo concedido, visando à regularização, correção ou adoção de medidas de controle para cessar a degradação ambiental. Diante do exposto, a Comissão decide:

a) Conhecer do auto de infração, julgando-lhe procedente, condenando o autuado ao pagamento da multa MINORADA no valor de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais);

b) Caso o autuado queira efetuar o pagamento da multa, deverá procurar o NATURATINS para emissão do Documento de Arrecadação da Receita Estadual (DARE) para pagamento à vista ou parcelado em até 60 (sessenta) vezes. O pagamento da multa realizado no prazo de até 10 (dez) dias após a ciência do autuado, contará com desconto de 30% (trinta por cento), conforme art. 120, da IN/NATURATINS 02/2017. Após esse prazo, a penalidade será cobrada sem o desconto e acrescida de juros e multa de mora, conforme art. 120, Parágrafo Único, alíneas “a e b”, da IN/NATURATINS 02/2017.

c) Há possibilidade ainda de apresentar recurso administrativo hierárquico perante o NATURATINS no prazo de 20 (vinte) dias. Neste caso, poderá ainda protocolizar pedido de conversão de multa em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, nos termos do Decreto Federal nº 6.514/2008 e da IN/NATURATINS 02/2017, até decisão de 2ª instância;

d) Em não sendo efetuado o pagamento no prazo estipulado, protocolado recurso administrativo ou pedido de conversão de multa, impõe-se o encaminhamento do nome do autuado à Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins para que se proceda a sua inscrição em dívida ativa.

e) O autuado deverá ser notificado por via postal com aviso de recebimento, para dar-lhe ciência da decisão, ou via publicação no Diário Oficial do Estado, para que tome conhecimento da decisão prolatada por essa comissão;

f) Após o trânsito em julgado, arquivem-se.

Em caso de dúvidas e necessidade de esclarecimentos, favor entrar em contato com a Diretoria de Proteção e Qualidade Ambiental deste Instituto, através dos telefones: (63) 3218-2672; 3218-2631; fax: (63) 3218-2654, ou comparecer neste Instituto no endereço 302 Norte, Alameda 01, CEP: 77.006-336, Palmas - Tocantins.

Palmas - TO, 10 de setembro de 2021.

SAULO GUEDES AZEVEDO
Presidente CJAÍ - 1ª Instância

5.7 – GESTÃO ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA E DE BENEFÍCIOS

Para complementação dos demonstrativos mencionados anteriormente, serão elencadas as atividades desenvolvidas pelas três áreas de gestão deste Instituto, quais sejam: Gestão Administrativo-Financeira, Gestão Previdenciária e Gestão de Investimentos.

Melhoria da Gestão

O ano de 2022 teve importantes ações previdenciárias e tecnológicas, para os mais de 18 mil aposentados e pensionistas do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins.

O ano começou com o Recenseamento Previdenciário para todos os servidores ativos titulares de cargo efetivo, inativos e pensionistas, de todos os poderes, inclusive de suas autarquias e fundações públicas, Tribunal de Contas, Ministério Público e Defensoria Pública Estadual, bem como os militares ativos e inativos e seus respectivos pensionistas.

O Recenseamento ocorrerá a cada quatro anos, para os servidores e militares ativos, e a cada dois anos, para os inativos e pensionistas civis e militares, exclusivamente on-line, pelo aplicativo MEU RPPS ou via web, no site do Igeprev.

Um avanço em relação à Previdência Complementar foi a publicação da Lei nº 3.895, de 30 de março de 2022, publicada no D.O.E nº 6.060, de 31 de março de 2022, que Institui o Regime de Previdência Complementar no âmbito do Estado do Tocantins. O Regime de Previdência Complementar abrange os servidores civis dos poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, bem como o Ministério Público, a Defensoria Pública e o Tribunal de Contas do Estado.

Uma importante conquista foi a certificação Pró-Gestão RPPS (Nível II) do Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, criado pelo Governo Federal por meio da Portaria MPS nº 185/2015, alterada pela Portaria MF nº 577/2017. Essa certificação tem por objetivo incentivar os RPPS a adotarem as melhores práticas de gestão previdenciária que proporcionem maior controle dos seus ativos e passivos e mais transparência no relacionamento com os segurados e com a sociedade. O certificado é válido por 3 (três) anos e o RPPS passará por auditorias anuais de supervisão com a empresa certificadora, sendo esta credenciada pela Secretaria de Previdência do Ministério da Economia.



Uma mudança no primeiro semestre de 2022 foi o Instituto iniciar em junho o pagamento do 13º salário no mês de aniversário de seus beneficiários. A nova forma de pagamento se aplica aos servidores públicos civis e militares inativos e pensionistas, que são remunerados por meio do fundo de gestão previdenciária do Igeprev-TO.

Em dezembro/2021 o Instituto contava com 17.141 beneficiários, com uma folha mensal no valor aproximado de R\$ 125.000.000,00. Com a manutenção da celeridade adotada por essa gestão na análise e concessão dos benefícios aos segurados, em dezembro/2022 chegamos a 18.224 beneficiários, com o valor mensal da folha fechando em aproximadamente 150.000.000,00.

De forma digital, a Prova de Vida, essencial para evitar fraudes e pagamentos indevidos dos benefícios previdenciários, foi realizada nos meses de novembro e dezembro de 2022, por meio do aplicativo MEU RPPS.

A Prova de Vida tem como objetivo provar a existência física de aposentados e pensionistas do Instituto, com a finalidade de garantir os direitos previdenciários de cada segurado. O processo para realizar a Prova de Vida é simples e seguro. Assim, os beneficiários não precisaram ir até a sede do Igeprev, podendo realizar o processo de qualquer local, a partir de um celular ou dispositivo móvel conectado à internet.

Receitas Orçamentárias

A receita total realizada em 2022, valor consolidado, foi de R\$ 2.413.453.826,63, que corresponde a 113,33% da receita prevista, conforme detalhado no quadro abaixo:

PLANO FINANCEIRO – UG 248300

ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA POR MARCADOR	PREVISTA		REALIZADA ACUMULADA	DIFERENÇA ACUMULADA
	INICIAL	ATUALIZADA		
Contribuições de Servidores – 8012111	289.778.000,00	289.778.000,00	419.654.828,78	-129.876.828,78
Contribuições de Servidores – 8012121	12.374.800,00	12.374.800,00	12.519.615,30	-144.815,30
Contribuições de Servidores – 8012122	10.546.500,00	10.796.500,00	13.566.205,34	-2.769.705,34
Contribuições de Servidores – 8012131	43.341.900,00	43.341.900,00	48.966.249,27	-5.624.349,27
Contribuições de Servidores – 8012141	12.826.500,00	12.826.500,00	13.668.874,16	-842.374,16
Contribuições de Servidores – 8012151	6.147.300,00	6.147.300,00	6.225.995,73	-78.695,73



Total	375.015.000,00	375.265.000,00	514.601.768,58	-139.336.768,58
Patrimonial – 801	364.000,00	364.000,00	2.054.974,72	-1.690.974,72
Patrimonial - 802	-	-	802.977,37	-802.977,37
Total	364.000,00	364.000,00	2.857.952,09	-2493.952,09
Outras Receitas Correntes - 8012111	1.378.000,00	1.378.000,00	20.141.331,50	-18.763.331,50
Outras Receitas Correntes - 8012121	-	-	158.263,98	-158.263,98
Outras Receitas Correntes - 8012122	-	-	139.983,04	-139.983,04
Outras Receitas Correntes - 8012131	-	-	236.064,16	-236.064,16
Outras Receitas Correntes - 8012141	-	-	15.215,61	-15.215,61
Outras Receitas Correntes - 802	-	-	1.528.185,97	-1.528.185,97
Total	1.378.000,00	1.378.000,00	22.219.044,26	-20.841.044,26
Contribuições Patronais – 8012111	829.328.101,00	1.386.608.583,00	1.289.616.621,13	96.994.990,39
Contribuições Patronais – 8012121	16.719.982,00	16.719.982,00	10.563.009,05	6.156.972,95
Contribuições Patronais – 8012122	30.404.380,00	30.404.380,00	14.833.774,91	15.570.605,09
Contribuições Patronais – 8012131	69.297.227,00	69.297.227,00	58.706.614,76	10.587.583,72
Contribuições Patronais – 8012141	27.844.381,00	27.844.381,00	15.792.555,18	12.051.825,82
Contribuições Patronais – 8012151	6.748.798,00	7.751.798,00	7.874.493,12	-122.695,12
Total	980.342.869,00	1.538.626.351,00	1.397.387.068,15	141.239.282,85
Receita de Serviços-Fonte 802	25.536.193,00	25.536.193,00	26.008.907,29	-472.714,29
Total	25.536.193,00	25.536.193,00	26.008.907,29	-472.714,29
Deduções contribuição Servidor - 8012111	-1.490.000,00	-1.490.000,00	-602.405,01	-887.594,99
Deduções contribuição Servidor - 8012121	-	-	-50.147,29	50.147,29
Deduções contribuição Servidor - 8012122	-	-	-158.402,82	158.402,82
Deduções contribuição Servidor - 8012131	-	-	-76.763,60	76.763,60
Deduções contribuição Servidor - 8012141	-	-	-4.190,89	4.190,89
Deduções outras receitas não arrecadadas e não	-	-	-76.750,05	76.750,05



projetadas - 802				
Total	-1.490.000,00	-1.490.000,00	-968.659,66	-521.340,34
TOTAL GERAL	1.381.146.062,00	1.939.679.544,00	1.962.106.080,71	-22.426.536,71

Fonte: Anexo 10 (Lei Federal nº 4.320/64)

PLANO PREVIDENCIÁRIO – UG 248400

ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA POR MARCADOR	PREVISTA		REALIZADA ACUMULADA	DIFERENÇA ACUMULADA
	INICIAL	ATUALIZADA		
Contribuições de Servidores – 8001111	40.759.080,00	40.759.080,00	54.448.068,93	-13.688.988,93
Contribuições de Servidores – 8001121	20.000,00	20.000,00	135.239,00	-115.239,00
Contribuições de Servidores – 8001122	12.930,00	12.930,00	138.128,07	-125.198,07
Contribuições de Servidores – 8001131	100.000,00	100.000,00	1.248.230,60	-1.148.230,60
Contribuições de Servidores – 8001141	100.000,00	100.000,00	2.904.830,48	-2.804.830,48
Contribuições de Servidores – 8001151	47.700,00	47.700,00	8.530.015,29	-8.482.315,29
Total	41.039.710,00	41.039.710,00	67.404.512,37	-26.364.802,37
Patrimonial – 800	38.041.340,00	38.041.340,00	198.401.695,12	-160.360.355,12
Total	38.041.340,00	38.041.340,00	198.401.695,12	-160.360.355,12
Outras Receitas Correntes - 800	4.500.000,00	4.500.000,00	22.508.471,09	-18.008.471,09
Total	4.500.000,00	4.500.000,00	22.508.471,09	-18.008.471,09
Contribuições Patronais – 8001111	105.901.805,00	105.901.805,00	144.348.180,50	-38.446.375,50
Contribuições Patronais – 8001121	20.000,00	20.000,00	197.302,79	-177.302,79
Contribuições Patronais – 8001122	7.070,00	7.070,00	196.561,67	-189.491,67
Contribuições Patronais – 8001131	98.000,00	98.000,00	1.804.498,74	1.706.498,74
Contribuições Patronais – 8001141	85.000,00	85.000,00	4.175.670,27	-4.090.670,27
Contribuições Patronais – 8001151	96.300,00	96.300,00	12.310.853,37	-12.214.553,34
TOTAL GERAL	189.789.225,00	189.789.225,00	451.347.745,92	-261.558.520,92

Fonte: Anexo 10 (Lei Federal nº 4.320/64)

O aumento da receita ocorreu em razão do excesso de arrecadação proveniente de antecipação de pagamentos dos acordos de parcelamentos de contribuições previdenciárias junto ao Tesouro Estadual. Os referidos recursos, teve como objetivo a complementação das despesas com folha de pagamento de benefícios.



Despesas Orçamentárias

Para o desenvolvimento das ações administrativas estruturadas no programa **Manutenção e Gestão do Poder Executivo**, o Instituto dispõe de um limite de 1,3% do valor total das remunerações servidores efetivos vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Tocantins – RPPS-TO, relativo ao exercício financeiro do ano anterior, denominada “Taxa de Administração do RPPS-TO”, conforme preceitua o art. 69 da Lei nº 1.614, de 4 de outubro de 2005:

“Art. 69. A taxa de administração do RPPS-TO é de 1,3% do valor total da remuneração de contribuição de todos os servidores efetivos vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social, relativo ao exercício financeiro anterior, observando-se que:

I - é destinada exclusivamente ao custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e ao funcionamento do órgão gestor do regime próprio;

II - na verificação do limite definido no caput deste artigo, não são computadas as despesas decorrentes das aplicações de recursos em ativos financeiros conforme estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional;

III - o Regime Próprio de Previdência Social pode constituir reserva com as sobras do custeio das despesas do exercício, cujos valores são utilizados para os fins a que se destina a taxa de administração.”

O custeio das despesas administrativas, inscritas na fonte 802, totalizou **R\$ 19.191.698,56**, utilizando somente 0,36% do valor da base de cálculo, ficando bem distante do limite máximo de 1,3%, conforme demonstra na tabela abaixo:

BASE DE CÁLCULO (Valor total das remunerações do ano de 2021)	LIMITE DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DO RPPS-TO (1,3 % do valor da Base de Cálculo)	DESPESAS ADMINISTRATIVAS REALIZADAS PELO RPPS-TO
R\$ 2.564.367.102,22	R\$ 33.336.772,33	R\$ 19.191.698,56



Do total das Despesas Administrativas realizadas, a maior parte foi utilizada com a **Manutenção de Recursos Humanos R\$ 10.624.988,70**, que corresponde 57,57% do total das despesas, e o restante com outros serviços de manutenção do Instituto, conforme detalhamento das ações no quadro abaixo:

DESPESAS EXECUTADAS	VALOR (R\$)
Reestruturação e Aparelhamento Unidades do Igeprev	44.828,39
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	3.486.906,66
Manutenção de Recursos Humanos	10.624.988,70
Manutenção de Serviços de Transporte	171.610,91
Digitalização e Microfilmagem de Processos e Documentos do Arquivo	-
Manutenção de Serviços de Informática	4.500.893,86
Promoção de Eventos de Capacitação de Servidores	260.024,21
Divulgação das ações do IGEPREV	56.010,60
Elaboração de Estudos Previdenciários	46.435,23
TOTAL	19.191.698,56

Fonte: **Anexo 11 (Lei Federal nº 4.320/64) – valor empenhado**

É importante destacar, que o controle e o acompanhamento das Despesas Administrativas são realizados com a utilização de planilhas gerenciais.

Receitas e Despesas Financeiras

Plano Financeiro

As informações a seguir são dados oriundos de relatórios gerenciais da folha de pagamento de todos os poderes e órgãos autônomos, que é um relatório por competência e da Gerência de Folha de Pagamento do Instituto, em relação as receitas financeiras de contribuições previdenciárias da parte segurado e patronal, dos servidores ativos e inativos do Estado, bem como as despesas financeiras com folha de pagamento de benefícios e com despesas financeiras administrativas para manutenção do Instituto.

Analisando os relatórios observou-se que as receitas contribuições previdenciárias geradas pelo Poder Executivo, pelos Militares, pelo Ministério Público do Estado e pelo Tribunal de Contas do Estado, não foram suficientes para cobrir os



dispêndios com a folha de pagamento dos inativos durante todo o exercício de 2022, no Plano Financeiro, o que evidencia a necessidade de aportes financeiros.

Foi identificado um déficit financeiro no ano bastante expressivo no Plano Financeiro, sendo no Executivo (civil) de **R\$ 455.998.511,11**, Executivo Militar de **R\$ 472.235.755,09**. Já no Ministério Público do Estado a despesa anual, no Plano Financeiro, foi maior que a receita em **R\$ 1.465.665,59**, e no Tribunal de Contas do Estado, em **R\$ 11.199.190,01**.

Ressalta-se, por oportuno, que o déficit total do ano dos poderes e órgãos descritos anteriormente foi de **R\$ 940.899.121,80**, o que demandaria um aporte de recursos no mesmo valor, contudo, o Executivo, optou por anular esse déficit financeiro, com a antecipação das parcelas dos acordos de parcelamentos de contribuições previdenciárias não repassadas em época própria, gerando, assim, uma entrada de recursos financeiros, que afastou, naquele período, a necessidade de aportar novos recursos, beneficiando não só o Executivo, mas também o Ministério Público e Tribunal de Contas, uma vez que os valores recebidos a mais, foram todos utilizados para complementar as despesas com folha de pagamento de benefícios.

É importante destacar, que este órgão previdenciário encaminhou, mensalmente, a solicitação do aporte de recursos, especialmente, ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas, objetivando não só o repasse, mas também o devido registro contábil como despesa de pessoal.

GESTÃO DE BENEFÍCIOS

O Igeprev-TO, na condição de gestor único dos recursos do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Tocantins – RPPS-TO, tem por finalidade assegurar aos seus beneficiários os meios de subsistência nos eventos de invalidez, idade e morte, garantindo o pagamento dos benefícios previdenciários dos segurados e de seus dependentes, com os recursos das contribuições dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como dos órgãos autônomos Tribunal de Contas, Ministério Público e Defensoria Pública, e dos segurados ativos, inativos e pensionistas.

Além da gestão dos benefícios de aposentadoria, reserva remunerada, reforma e pensão por morte para os dependentes previdenciários, compete ao Igeprev-TO, entre outras atribuições, a administração do cadastro previdenciário dos servidores do Estado e a instrução dos processos de benefícios previdenciários.



Os processos de benefícios previdenciários dos segurados do RPPS-TO e de seus dependentes são instruídos com os dados cadastrais funcionais e financeiros dos requerentes, os quais, após análise técnica da Diretoria de Previdência – DIPREV, com base na legislação específica, são submetidos à apreciação jurídica da Procuradoria Geral do Estado, que após manifestação jurídica favorável, retornam ao Instituto para elaboração dos atos concessivos, inclusão em folha de pagamento e encaminhamento ao Tribunal de Contas do Estado para fins de apreciação e registro, para posterior análise da compensação previdenciária com o Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Além disso, para dar suporte a todo esse processo, contamos com o sistema previdenciário (SISPREVWEB), o qual nos permite ter o controle de todo o fluxo e tarefas relacionadas a cada processo. Além disso, esse sistema nos permitiu implementar a digitalização dos documentos, ou seja, a maiorias dos processos do Igeprev-TO são digitalizados e de fácil acesso e visualização. Ainda permanecemos com os processos físicos em função do mesmo, até o momento, não permitir, ainda, segurança na manipulação e ordenação dos documentos que compõem a instrução processual, mas o Instituto está trabalhando, junto com a empresa terceirizada que disponibiliza o software de gestão previdenciária, para adotar o papel zero, eliminando de vez o processo físico, e permitindo a utilização do sistema, por outros órgãos do Estado.

Gestão Previdenciária

À Diretoria de Previdência cabe gerenciar e controlar as atividades desenvolvidas em suas três Gerências, quais sejam: Gerência de Cadastro e Tempo de Contribuição, Gerência de Concessão e Revisão de Benefícios e Gerência de Atendimento Previdenciário, que representam a atividade-fim do Instituto, nas quais são realizados todos os procedimentos necessários à concessão de benefícios previdenciários aos servidores efetivos do Estado do Tocantins.

A Diretoria de Previdência, buscou soluções para impetrar maior celeridade no atendimento das demandas previdenciárias, o que resultou na reformulação dos procedimentos, como na confecção de pareceres referenciados, emitidos pela Procuradoria Geral do Estado, possibilitando maior celeridade na concessão de benefícios, bem como na implementação de alternativas urgentes, tais como a realização de forças-tarefa, no intuito de dar prioridade a serviços e atendimentos que se



encontravam em atraso, o que contribuiu significativamente para o aumento da produtividade das equipes de cadastro, concessão e revisão de benefícios.

Atendimento aos Segurados

Foi implantado na sede do Instituto, de forma permanente, o atendimento previdenciário por agendamento. Com essa medida, foi possível evitar a aglomeração de pessoas, preservando, dessa forma, a saúde e a segurança dos servidores, segurados, aposentados, pensionistas e terceiros, proporcionando mais comodidade e segurança para resolver as demandas previdenciárias.

No entanto, temos também guichês disponíveis para atendimento aos segurados que vierem até nós sem agendamentos e atendimentos por e-mail de algumas solicitações específicas.

Com as medidas adotadas por este Instituto, foram realizados **16.619** atendimentos no ano de 2022, dos quais, **7.176** atendimentos na sede em Palmas, **5.361** no É Pra Já de Araguaína e **4.082** no É Pra Já de Gurupi.

ATENDIMENTOS EM 2022	
Cidades	Atendimentos
Palmas	7.176
Araguaína	5.361
Gurupi	4.082
Total	16.619

ATENDIMENTOS NO IGEPREV EM PALMAS - 2022	
QUANTITATIVO POR TIPO DE ATENDIMENTO	
TIPO DE ATENDIMENTO	QUANTIDADE
CONCESSÃO DE BENEFÍCIO	1.877
ASSUNTOS DIVERSOS	5.299
TOTAL	7.176

Prova de vida

A portaria nº 1450, de 30 de setembro de 2022, publicada no Diário Oficial nº 6183, de 03 de outubro de 2022, instituiu a prova de vida a fim de propiciar a adoção de medidas gerenciais relativas à comprovação anual de vida, por parte dos inativos e



pensionistas civis e militares, cujos benefícios são vinculados ao Igeprev-TO, além de ser a Prova de Vida essencial para evitar fraudes e pagamentos indevidos dos benefícios previdenciários.

O prazo instituído para realização da prova de vida foi de 1º de novembro à 31 de dezembro de 2022.

O público-alvo da Prova de Vida 2022 foi de 18.224 beneficiários.

A finalização deste procedimento se dará com a publicação da listagem dos beneficiários que não realizaram a prova de vida, no mês de fevereiro/2023 a fim de proceder ao bloqueio dos pagamentos até que se regularize a situação, e posterior cancelamento do benefício, caso não haja comprovação da existência física.

No decorrer do ano de 2022, finalizamos os procedimentos da Prova de Vida, instituída no ano de 2021. Foram autuados 33 processos para análise do cancelamento do benefício. Até então, foram efetivados 5 cancelamentos definitivos.

Emissão de Certidões de Tempo de Contribuição (CTC)

Foram analisados **357** processos de Certidões de Tempo de Contribuição – CTC's aos ex-segurados do RPPS-TO para fins de averbação em outros regimes previdenciários.

Processos de Certidão de Tempo de Contribuição – 2022

Certidões	Quantidade	%
1ª via de CTC	299	83,75
2ª via de CTC	2	0,56
Revisão de CTC	8	2,24
CTC Indeferidas	3	0,84
CTC em Análise	45	12,61
Total	357	100,00

Concessão de Benefícios Previdenciários

No decorrer do exercício de 2022, foram analisados na Gerência de Concessão de Benefícios processos de aposentadoria, reserva, reforma, pensão por morte, revisão de benefícios, abono de permanência, revisão de abono de permanência, cancelamento de benefícios, isenção de IR/contribuição previdenciária, reversão de



aposentadoria, cobrança de pagamento indevido, diligência do TCE, dentre outros diversos processos de previdência que a gerência analisa. Dentre os processos analisados, foram concedidos **1300** benefícios e **1.285** revisões de benefícios.

A seguir, tabela com a descrição por tipo de benefício concedido:

PROCESSOS CONCEDIDOS	
BENEFÍCIOS	QUANTIDADE
Aposentadorias	910
Reforma	12
Reserva Remunerada	196
Pensão por Morte	182
SUB TOTAL	1.300
Revisão	1.285
TOTAL GERAL	2.585

Fonte: SisprevWeb

Pagamento de Inativos e Pensionistas

Em dezembro de 2021 a folha de pagamento contava com 17.141 beneficiários, contabilizando uma despesa no valor aproximado de R\$ 125.000.000,00.

No mês de janeiro de 2022, iniciamos o exercício com a aplicação do reajuste do salário-mínimo, passando para R\$ 1.212,00. Após as implantações dos novos aposentados e pensionistas, bem como o pagamento de revisões na folha, fechando o referido mês com 17.249 segurados no valor aproximado de R\$ 127.000.000,00.

Em fevereiro de 2022, iniciamos as atualizações dos beneficiários que recebem o Piso Magistério que passou a ser de R\$ 3.845,63, no total 939 segurados/beneficiários tiveram seus benefícios atualizados retroativos a janeiro/2022. Bem como o pagamento de 98 revisões de benefícios, fechando o referido mês com 16.647 segurados no valor aproximado de R\$ 124.000.000,00.

Já em março de 2022, foram incluídas 62 aposentadorias, 16 pensões por morte. Foram atendidas 86 revisões de benefícios, fechando o referido mês com 16.743 segurados no valor aproximado de R\$ 128.000.000,00.

Iniciando o mês de abril, foram atendidas 103 aposentadorias, 19 pensões por morte, 101 revisões de benefícios, fechando o referido mês com 17.389 segurados, com benefícios no valor aproximado de R\$ 134.000.000,00.

No mês de maio de 2022, fechamos a folha de pagamento com 17.516 segurados, sendo 15.195 aposentados e 2.321 pensionistas. Foram atendidas 64 novas



aposentadorias, 11 pensões por morte, bem como realizados os pagamentos de 57 revisões de benefícios, totalizando uma folha de aproximadamente R\$ 137.000.000,00.

Em junho de 2022, foram atendidas 91 novas aposentadorias, 21 pensões por morte, sendo atendidas 31 revisões de benefícios, totalizando 15.309 aposentados e 2.349 pensionistas, fechando o referido mês com 17.658 segurados, com benefícios no valor de aproximadamente R\$ 139.000.000,00.

Fechamos o primeiro semestre com um crescimento de aproximadamente 9,06% se tratando de pagamentos e de 2,37% de beneficiários.

Em julho de 2022, foram atendidas 78 novas aposentadorias, 15 pensões por morte, sendo atendidas 57 revisões de benefícios, totalizando 17.755 segurados, sendo 15.383 aposentados e 2.372 pensionistas, houve a atualização dos benefícios reajustados pelo RPPS (Índice), retroativo a janeiro do corrente ano, com benefícios no valor de aproximadamente R\$ 144.000.000,00.

No mês de agosto de 2022, fechamos a folha de pagamento com 17.806 segurados, sendo 15.433 aposentados e 2.373 pensionistas. Foram atendidas 62 novas aposentadorias, 18 pensões por morte, bem como realizados atualização de benefícios de 195 revisões, totalizando uma folha de aproximadamente R\$ 142.000.000,00.

Iniciando o mês de setembro, foram atendidas 136 aposentadorias, 18 pensões por morte, 166 revisões de benefícios, e efetuados 2.283 pagamentos referentes a Data Base de 2016 para os professores inativos, fechando o referido mês com 17.959 segurados, com benefícios no valor total de aproximadamente R\$ 144.000.000,00.

Já em outubro de 2022, foram incluídas 79 aposentadorias, 7 pensões por morte. Foram atendidas 157 revisões de benefícios, fechando o referido mês com 17.959 segurados no valor de aproximadamente R\$ 149.000.000,00.

Em novembro de 2022, foram atendidas 209 novas aposentadorias, 12 pensões por morte, sendo atendidas 64 revisões de benefícios, totalizando 18.224 aposentados e pensionistas, com benefícios no valor total aproximado de R\$ 143.000.000,00.

No fechamento do segundo semestre, encerramos a folha do mês de dezembro com 18.217 beneficiários, inativos e pensionistas, um crescimento de 5,61% (janeiro), no valor de aproximadamente R\$ 150.000.000,00. Foram atendidas 7 aposentadorias e 1 pensão por morte. A folha do 13º foi paga durante todo o ano de 2022, na data do aniversário, o que faz oscilar a folha de pagamento para mais ou para menos no valor de um mês para o outro. O valor pago durante todo o ano de 2022 referente ao



décimo terceiro foi de aproximadamente R\$ 136.000.000,00, contabilizado no mês de dezembro de 2022.

Compensação Previdenciária com o Regime Geral de Previdência Social/INSS

A Compensação Financeira entre os regimes previdenciários ou Compensação Previdenciária de que trata a Lei nº 9.796, de 05 de maio de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 10.188, de 20 de dezembro de 2019, é o ajuste de contas entre estes nos casos de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeitos de aposentadorias e pensões, buscando o equilíbrio financeiro dos diversos regimes de previdência, a partir da divisão da responsabilidade decorrente da proporcionalidade das contribuições do servidor aposentado, em relação ao agente pagador do benefício.

Assim, a compensação paga pelo regime de origem tem por finalidade auxiliar o regime instituidor, na forma de pró-rata (valor pago mensalmente), na manutenção do benefício que concedeu com cômputo de tempo, cuja contribuição não recebeu para custear o benefício, colaborando, assim com o equilíbrio financeiro do regime instituidor.

A Compensação Previdenciária entre o Regime Geral (RGPS/INSS) e os Regimes Próprios de Previdência (RPPS) está sendo processada desde a competência dezembro/1999 com o pagamento das compensações devidas pelo RGPS/INSS aos RPPS que haviam firmado o Acordo. Em 2004 foi iniciado o pagamento das compensações devidas pelos RPPS ao RGPS/INSS, mediante o ajuste de contas mensal entre os valores devidos. No Tocantins, as compensações devidas pelo RGPS/INSS ao RPPS/TO estão sendo processadas desde a competência setembro/2000 e o pagamento das compensações devidas pelo RPPS/TO ao RGPS/INSS foi iniciado em fevereiro de 2005.

A Compensação Previdenciária entre os Regimes Próprios de Previdência, regulamentada pelo Decreto nº 10.188/2019, entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021. A operacionalização e o controle da Compensação Previdenciária entre os Regimes de Previdência são feitos pelo Sistema de Compensação Previdenciária – Novo Comprev, disponibilizado pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho por meio de Termo de Adesão entre a Secretaria e os Regimes de Previdência e contrato com a DATAPREV.



Com a implementação do Novo Comprev, o sistema passou a adotar as novas regras previstas no Decreto nº 10.188/2019 e, em relação ao fluxo de pagamento, uma grande mudança foi a substituição do bloqueio de proporcionalidade pela aplicação de juros e multas.

Segue abaixo os valores e saldo da compensação previdenciária entre o Regime Próprio de Previdência/RPPS-TO e os Regimes de Previdência, Regime Geral/INSS e Prefeitura Municipal de Palmas - PREVIPALMAS, no período de janeiro a dezembro de 2022.



Compensação Previdenciária entre o RPPS/TO e os Regimes de Previdência – 2022.• **Ajuste de Contas.**

Mês/2022	Participante 1	Participante 2	Saldo Esto- que	Part. Saldo Estoque a Receber	Valor Parcela Estoque	Valor Saldo Fluxo	Part. Saldo Fluxo	Valor Saldo Fluxo Acumu- lado	Part. Saldo Fluxo Acumu- lado	Valor Compensa- ção	Part. Valor Com- pensão	Valor a receber (1)	Valor Bloque- ado(2)
Janeiro	RGPS	TOCANTINS	-	-	-	274.349,93	TOCANTINS	-	-	274.349,93	TOCANTINS	274.349,93	-
Fevereiro	RGPS	TOCANTINS	-	-	-	274.349,93	TOCANTINS	-	-	274.349,93	TOCANTINS	274.349,93	-
Março	RGPS	TOCANTINS	-	-	-	268.855,21	TOCANTINS	-	-	268.855,21	TOCANTINS	268.855,21	-
Abril	RGPS	TOCANTINS	-	-	-	271.239,67	TOCANTINS	-	-	271.239,67	TOCANTINS	0,00	271.239,67
	TOCANTINS	PALMAS	5.359,83 ⁽³⁾	TOCANTINS	-	248,14	TOCANTINS	3.970,24	TOCANTINS	4.218,38	TOCANTINS	9.578,21	-
Maio	RGPS	TOCANTINS	-	-	-	278.745,53	TOCANTINS	1.139.742,44	TOCANTINS	1.418.487,97	TOCANTINS	1.689.727,64 ⁽⁴⁾	-
	TOCANTINS	PALMAS	-	TOCANTINS	-	248,14	TOCANTINS	-	-	248,14	TOCANTINS	248,14	-
Junho	RGPS	TOCANTINS	9.349,71	TOCANTINS	9.349,71	307.002,09	TOCANTINS	7.859.872,48	TOCANTINS	8.166.874,57	TOCANTINS	8.176.224,28	-
	TOCANTINS	PALMAS	5.359,83 ⁽³⁾	TOCANTINS	-	248,14	TOCANTINS	-	-	248,14	TOCANTINS	248,14	-
Julho	RGPS	TOCANTINS	2.337,41	TOCANTINS	2.337,41	457.559,91	TOCANTINS	10.980.175,25	TOCANTINS	11.437.735,16	TOCANTINS	11.440.072,57	-
	CARUARU	TOCANTINS	3.237,76 ⁽³⁾	TOCANTINS	-	203,42	TOCANTINS	3.864,98	TOCANTINS	4.068,40	TOCANTINS	7.306,16 ⁽³⁾	-
	TOCANTINS	PALMAS	5.359,83 ⁽³⁾	TOCANTINS	-	248,14	TOCANTINS	-	-	248,14	TOCANTINS	248,14	-
Agosto	RGPS	TOCANTINS	-	-	-	509.240,54	TOCANTINS	5.478.953,43	TOCANTINS	5.988.193,97	TOCANTINS	5.988.193,97	-
	CAMPINA GRANDE	TOCANTINS	1.020,53 ⁽³⁾	TOCANTINS	-	485,97	TOCANTINS	9.719,40	TOCANTINS	10.205,37	TOCANTINS	11.225,90 ⁽³⁾	-
	CARUARU	TOCANTINS	3.237,76 ⁽³⁾	TOCANTINS	-	203,42	TOCANTINS	-	-	203,42	TOCANTINS	203,42 ⁽³⁾	-
	PALMAS	TOCANTINS	5.359,83 ⁽³⁾	TOCANTINS	-	248,14	TOCANTINS	-	-	248,14	TOCANTINS	248,14	-
Setembro	RGPS	TOCANTINS	-	-	-	551.141,70	TOCANTINS	4.385.066,49	TOCANTINS	4.936.208,19	TOCANTINS	4.936.208,19	-
	CAMPINA GRANDE	TOCANTINS	1.020,53 ⁽³⁾	TOCANTINS	-	485,97	TOCANTINS	-	-	485,97	TOCANTINS	485,97 ⁽³⁾	-
	CARUARU	TOCANTINS	3.237,76 ⁽³⁾	TOCANTINS	-	203,42	TOCANTINS	-	-	203,42	TOCANTINS	203,42 ⁽³⁾	-
	PALMAS	TOCANTINS	5.359,83 ⁽³⁾	TOCANTINS	-	248,14	TOCANTINS	-	-	248,14	TOCANTINS	248,14 ⁽³⁾	-
Outubro	RGPS	TOCANTINS	-	-	-	1.276.399,44	TOCANTINS	8.267.752,53	TOCANTINS	9.544.151,97	TOCANTINS	9.544.151,97	-
	CAMPINA GRANDE	TOCANTINS	1.020,53 ⁽³⁾	TOCANTINS	-	971,94	TOCANTINS	-	-	971,94	-	971,94 ⁽³⁾	-
	CARUARU	TOCANTINS	3.237,76 ⁽³⁾	TOCANTINS	-	406,84	TOCANTINS	-	-	406,84	-	406,84 ⁽³⁾	-
	PALMAS	TOCANTINS	5.359,83 ⁽³⁾	TOCANTINS	-	496,28	TOCANTINS	-	-	496,28	-	496,28 ⁽³⁾	-
Novembro	RGPS	TOCANTINS	-	-	-	657.055,85	TOCANTINS	799.405,32	TOCANTINS	1.456.461,17	TOCANTINS	0,00	1.456.461,17
	CAMPINA GRANDE	TOCANTINS	1.020,53 ⁽³⁾	TOCANTINS	-	485,97	TOCANTINS	-	-	485,97	TOCANTINS	485,97	-
	CARUARU	TOCANTINS	3.237,76 ⁽³⁾	TOCANTINS	-	203,42	TOCANTINS	-	-	203,42	TOCANTINS	203,42	-

Documento foi assinado digitalmente por SHARLES FERNANDO BEZERRA LIMA em 31/01/2023 11:16:34.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site portal.mec.gov.br/verificador, informando o código verificador: 219B7BAB01334293

RELATÓRIO DE GESTÃO - 2022

Dezembro	PALMAS	TOCANTINS	5.359,83 ⁽³⁾	TOCANTINS	-	248,14	TOCANTINS	-	-	248,14	TOCANTINS	248,14	
	RGPS	TOCANTINS	-	-	-	666.928,68	TOCANTINS	696.180,99	TOCANTINS	1.363.109,67	TOCANTINS	2.819.570,84 ⁽⁴⁾	
	CAMPINA GRANDE	TOCANTINS	1.020,53 ⁽³⁾	TOCANTINS	-	485,97	TOCANTINS	-	-	485,97	TOCANTINS	485,97	
	CARUARU	TOCANTINS	3.237,76 ⁽³⁾	TOCANTINS	-	203,42	TOCANTINS	-	-	203,42	TOCANTINS	203,42	
	PALMAS	TOCANTINS	5.359,83 ⁽³⁾	TOCANTINS	-	248,14	TOCANTINS	-	-	248,14	TOCANTINS	248,14	
Total			-	-	-	5.799.689,64	-	39.624.703,55	-	45.424.393,19	-	45.445.698,43	-

1. Valor a ser creditado até o 5º dia útil do mês subsequente, a partir de março/2021, e assim sucessivamente.
2. Valor bloqueado devido a CND Vencida na data de consulta de débitos dos entes federativos na RFB.
3. Valores ainda não creditados na conta do RPPS/TO, incluindo o saldo do Estoque.
4. Valor acrescido do valor bloqueado na competência anterior.

• Saldo da Compensação Previdenciária do RPPS/TO por Regime de Previdência em 2022.

Regime Solicitante	Regime Destinatário	Requerimentos em Compensação	Valor Acumulado 2022	Saldo Compensação RPPS/TO
Tocantins	RGPS	1.944	48.871.521,83	45.411.704,53
	Campina Grande	1	13.655,75	13.655,75 ⁽¹⁾
	Caruaru	1	8.526,68	8.526,68 ⁽¹⁾
	Previpalmas	1	11.811,47	11.811,47 ⁽²⁾
RGPS	Tocantins	278	3.459.817,30	45.445.698,43

- (1) Valores ainda não creditados na conta do RPPS/TO.
- (2) Valor creditado parcialmente na conta do RPPS/TO.

Documento foi assinado digitalmente por SHARLES FERNANDO BEZERRA LIMA em 31/01/2023 11:16:34.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site portal.mec.gov.br/verificador, informando o código verificador: 219B7BAB01334293



Procedimentos de Auditoria

(1) Processos em estoque em 2022	Processos que entraram em 2022	TOTAL	Processos que saíram em 2022	Processos em estoque para 2023	(2) Processos cadastrados e transmitidos eletronicamente ao TCE via SICAP/AP em 2022	(3) Processos sobre indícios de irregularidades na concessão e manutenção de benefícios previdenciários em 2022	(4) Documentos produzidos no SGD em 2022
4679	5.302	9.981	4.289	4981	00	180	1035

(1) Referem-se a processos de concessão de benefícios, revisões e outros, existentes na Gerência de Auditoria de Benefícios em dezembro de 2022.

(2) Neste caso, algumas peças dos processos de concessão de benefícios de aposentadoria, reserva remunerada, reforma, e pensão por morte, bem como revisões e reversões, são digitalizadas, cadastradas e formam arquivos em PDF para transmissão eletrônica ao TCE pelo Sistema SICAP-AP. **Não ano de 2021 o Sistema SICAP/AP teve suas atividades suspensas e nenhum processo foi cadastrado e transmitido.**

(3) Referem-se à análise e encaminhamento de processos relativos a indícios de irregularidades na manutenção do benefício previdenciário, constatados durante os recadastramentos de inativos ou por denúncias.

(4) Referem-se à elaboração de documentos, tais como: ofícios, despachos, certidões, memorandos, e outros.

QTDE	SITUAÇÃO	PROVIDÊNCIAS/DECISÃO
02	Cobrança de pagamento indevido – valores creditados indevidamente após o falecimento.	Encaminhado expedientes a Delegacia Geral de Polícia Civil e ao Ministério Público para apurar eventual infração penal.
01	Acumulação ilícita de proventos.	Encaminhado ofício de notificação ao interessado – aguardando cumprimento de prazo.
26	Cobrança de pagamento indevido – valores creditados após o falecimento de segurados/beneficiários com saques indevidos por terceiros.	Encaminhados ofícios de notificação e cobrança – RECUPERAÇÃO DE R\$ 43.885,15.
02	Cobrança de pagamento indevido – valores creditados indevidamente após o falecimento.	Encaminhado expedientes a Assessoria Jurídica para apreciação
01	Não realização de recadastramento de aposentados e pensionistas.	Encaminhado à Gerência de Cadastro para regularização – segurada falecida.
08	Não realização de recadastramento de aposentados e pensionistas.	02 beneficiários foram localizados e tiveram o cadastro regularizado, 02 estão sendo convocados por edital, 02 beneficiários não se manifestaram no prazo e os processos foram encaminhados para as providências relativas ao cancelamento, e 02 faleceram e os processos foram encaminhados para finalização cadastral e levantamento de valores recebidos indevidamente, sendo que, um destes já houve a solicitação de estorno junto ao Banco do Brasil.
07	Beneficiários com informações sobre óbitos.	Encaminhados expedientes aos Cartórios de Registro Civil solicitando confirmações e encaminhamento das respectivas certidões de óbito.
11	Não realização de recadastramento/prova de vida de aposentados e pensionistas.	02 beneficiários foram convocados por edital mas não atenderam e 07 beneficiários não se manifestaram no prazo, os processos foram encaminhados para as providências relativas ao cancelamento, 02 faleceram e os processos foram encaminhados para finalização cadastral e levantamento de valores recebidos indevidamente, sendo que, um destes já houve a solicitação de estorno junto ao Banco do Brasil.
01	Indício de Irregularidade - acumulação de ilícita de proventos (Alerta do TCE-TO).	Encaminhadas cópias dos processos administrativos, em meio digital, para a Corregedoria Geral do Estado, para análise e providências.
03	Indício de Irregularidade – suspeita de novo casamento União Estável.	Beneficiários notificados para esclarecimento e apresentação de documentos.
06	Não realização de recadastramento/prova de vida de aposentados e pensionistas.	05 beneficiários foram notificados para se manifestarem - aguarda cumprimento de prazo e 01 regularizou e retornou para a folha.



01	Indício de Irregularidade - acumulação de ilícita de proventos/benefícios.	Processo encaminhado à Assessoria Jurídica, para análise e providências.
08	Não realização de recadastramento/prova de vida de aposentados e pensionistas.	04 beneficiários foram notificados para se manifestarem - aguarda cumprimento de prazo e 04 encaminhados para cancelamento do benefício.
09	Cobrança de pagamento indevido – valores creditados após o falecimento de segurados/beneficiários com saques indevidos por terceiros.	06 beneficiários notificados/cobrança; 02 devolveram valores recebidos indevidamente – RECUPERAÇÃO DE R\$ 2.324,50 e 01 fez acordo para devolver em 120 dias.
02	Indício de Irregularidade - acumulação de ilícita de proventos/benefícios.	01 processo encaminhado à Assessoria Jurídica, para análise e providências, e 01 benefício cancelado.
10	Não realização de recadastramento/prova de vida de aposentados e pensionistas.	07 beneficiários foram notificados para se manifestarem – aguarda cumprimento de prazo e 03 encaminhados para cancelamento do benefício.
03	Cobrança de pagamento indevido – valores creditados após o falecimento de segurados/beneficiários com saques indevidos por terceiros.	03 beneficiários notificados/cobrança; 02 devolveram valores recebidos indevidamente – RECUPERAÇÃO DE R\$ 26.273,47 e 01 encaminhado ao jurídico, não localizado o responsável.
12	Não realização de recadastramento/prova de vida de aposentados e pensionistas.	10 beneficiários foram notificados e realizaram a prova de vida; 01 beneficiário notificado – aguarda cumprimento de prazo e 01 beneficiário falecido.
05	Indício de Irregularidade na concessão/manutenção pagamento do benefício.	03 beneficiários notificados sobre o cancelamento dos benefícios e 02 casos de notificação para esclarecimentos.
03	Cobrança de pagamento indevido – valores creditados após o falecimento de segurados/beneficiários com saques indevidos por terceiros.	02 processos encaminhados para análise da Assessoria Jurídica e 01 caso de recuperação de valores recebidos indevidamente – RECUPERAÇÃO DE R\$ 126,00.
15	Não realização de recadastramento/prova de vida de aposentados e pensionistas.	05 beneficiários foram notificados e realizaram a prova de vida; 07 beneficiários notificados – aguarda cumprimento de prazo, 02 beneficiários falecidos e 01 benefício cancelado.
01	Indício de Irregularidade na concessão/manutenção pagamento do benefício.	01 beneficiário notificado sobre o cancelamento do benefício (não manifestou) – processo encaminhado ao jurídico.
03	Cobrança de pagamento indevido – valores creditados após o falecimento de segurados/beneficiários com saques indevidos por terceiros.	03 notificações sobre cobrança de pagamento indevido – valores creditados indevidamente após falecimento de ex-beneficiários.
09	Não realização de recadastramento/prova de vida de aposentados e pensionistas.	09 beneficiários foram notificados: 04 suspeitos de óbito – solicitado informações para cartórios; 02 não se manifestaram – encaminhados processos para ASJUR analisar cancelamento; 03 falecimentos confirmados.
01	Indício de Irregularidade na concessão/manutenção pagamento do benefício.	01 beneficiário notificado sobre a irregularidade – apresentou defesa – processo encaminhado ao jurídico.
08	Cobrança de pagamento indevido – valores creditados após o falecimento de segurados/beneficiários com saques indevidos por terceiros.	08 notificações sobre cobrança de pagamento indevido – valores creditados indevidamente após o falecimento de ex-beneficiários. 02 notificações positivas: VALOR RECUPERADO R\$ 6.913,06.
02	Não realização de recadastramento/prova de vida de aposentados e pensionistas.	02 beneficiários foram notificados: 01 falecimento confirmado e 01 regularizado.
01	Indício de Irregularidade na concessão/manutenção pagamento do benefício.	01 beneficiário notificado sobre a irregularidade – apresentou defesa – processo encaminhado ao jurídico.
07	Cobrança de pagamento indevido – valores creditados após o falecimento de segurados/beneficiários com saques indevidos por terceiros.	07 notificações sobre cobrança de pagamento indevido – valores creditados indevidamente após falecimento de ex-beneficiários – 01 sem manifestação e 06 notificações positivas: VALOR RECUPERADO R\$ 86.259,34.
02	Não realização de recadastramento/prova de vida de aposentados e pensionistas.	02 beneficiários foram notificados – aguarda retorno.
02	Indício de Irregularidade na concessão/manutenção pagamento do benefício.	01 beneficiário notificado sobre o cancelamento – aguarda defesa, 01 beneficiário notificado sobre denúncia – processo encaminhado ao jurídico.
08	Cobrança de pagamento indevido – valores creditados após o falecimento de segurados/beneficiários com saques indevidos por terceiros.	08 notificações sobre cobrança de pagamento indevido – valores creditados indevidamente após o falecimento de ex-beneficiários – 04 sem manifestação e 04 notificações positivas: VALOR RECUPERADO R\$ 27.013,90.



GESTÃO DE INVESTIMENTOS

A gestão dos investimentos do Igeprev-To é feita pela Diretoria de Investimentos do Instituto, com o assessoramento técnico do Comitê de Investimentos, seguindo as diretrizes da Política de Investimentos aprovada anualmente pelo Conselho de Administração, dentro dos limites e exigências da Resolução CMN nº 4.963, de 25 de novembro de 2021 e as orientações da Portaria MTP nº 1.467, 02 de junho de 2022, e alterações.

Realocações de Recursos

As realocações na Carteira de Investimentos no ano de 2022 ocorreram como oportunidade de maximizar o retorno em um cenário de elevação da taxa juro onde os Títulos Públicos Federais geraram retornos acima da Taxa da Meta Atuarial – TMA. Destaca-se que a Carteira do Instituto manteve um nível de risco baixo frente ao retorno esperado, tendo uma posição aproximadamente de 77,65% em ativos de renda fixa, 9,30% em renda variável, 1,68% em investimentos no exterior, 8,26% em investimentos estruturados, e 3,11% em fundos imobiliários.

O ano de 2022 foi marcado por uma elevação da inflação, a Selic fechou o ano a 12,37%, já o IBOVESPA, principal índice da bolsa brasileira, fechou o ano com 4,69% de retorno.

O cenário local e global continuou sendo influenciado pela crise da Covid-19, o que impactou em todo mercado financeiro.

A Política de Investimentos 2022 manteve seguindo parâmetros de proteção da Carteira de Investimentos, com características de atuação conservadora e total empenho da gestão em manter o patamar de rendimentos em compatibilidade com a meta atuarial estipulada.

Carteira de Investimentos



RELATÓRIO DE GESTÃO - 2022

DEZEMBRO DE 2022				
SIAFE - CLAS 3.922 CNPJ	FUNDO	Saldo Atual	% Carteira	PL do Fundo
114410101 - 6163	Títulos Público de emissão do TN (SELIC) - Art. 7º, I, a	1.781.809.088,12	46,47%	
00.000.000/0000-00	NTN-B 2050	677.440.954,98	17,67%	-
00.000.000/0000-00	NTN-B 2025	49.916.246,43	1,30%	-
00.000.000/0000-00	NTN-B 2026	30.624.543,35	0,80%	-
00.000.000/0000-00	NTN-B 2027	400.473.868,40	10,44%	-
00.000.000/0000-00	NTN-B 2045	623.353.474,96	16,26%	-
114410102 - 7491	FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, b	812.573.151,89	21,19%	
10.787.822/0001-18	SAFRA IMA FIC DE FI RENDA FIXA	29.598.359,51	0,77%	328.699.769,54
11.060.913/0001-10	FI BRASIL IMAB 5 LP	84.745.850,57	2,21%	7.960.289.495,76
13.322.205/0001-35	BB PREV RF IDKA 2 TI	193.356.025,27	5,04%	7.489.389.892,90
13.455.117/0001-01	SANTANDER IMA-B5	6.649.457,39	0,17%	827.149.677,31
14.386.926/0001-71	FI BR IDKA IPCA 2A RF LP	225.090.921,42	5,87%	6.893.208.496,34
20.139.595/0001-78	FI BRASIL 2024 IV TP RF	38.141.512,42	0,99%	-
25.078.994/0001-90	BB PREVIDENCIÁRIO RF ALOCAÇÃO ATIVA	-	-	-
17.302.306/0001-03	BRB FI RF 2023	22.162.355,39	0,58%	88.667.240,41
21.838.150/0001-49	ITAU ALOC DINAMICA	52.196.174,52	1,36%	2.189.575.950,42
35.292.588/0001-89	BB PREV RF RET TOTAL	160.632.495,40	4,19%	6.757.838.619,84
114410103 - 7489	FI Renda Fixa "Referenciados" - Art. 7º, III, a	342.322.225,89	8,93%	
10.355.516/0001-02	ADINVEST TOP FI RF (TOP FI)	1.336.396,34	0,03%	6.182.906,30
10.787.647/0001-69	SAFRA EXECUTIVE 2 FI RF	3.355.907,42	0,09%	435.521.559,05
11.784.036/0001-20	LME IMA-B FI RF PREVIDENCIÁRIO	16.795.683,96	0,44%	72.334.055,99
12.845.801/0001-37	TOWER BRIDGE RF FI IMA-B 5	4.085.619,59	0,11%	69.652.440,47
13.973.228/0001-00	SICOOB PREV FI RF IMA-B	3.226.517,44	0,08%	35.992.569,35
15.350.909/0001-47	VITORIA REGIA FI RF	3.418.417,60	0,09%	5.770.631,66
20.216.216/0001-04	BRADESCO INSTITUCIONAL FIC FI RF IMA-B 5	10.478.277,59	0,27%	926.201.488,19
23.954.899/0001-87	TOWER BRIDGE II RF IMA-B 5	4.604.210,48	0,12%	54.381.180,74
03.737.206/0001-97	CAIXA FI BRASIL DI LP	144.891.373,08	3,78%	13.943.633.561,86
13.077.418/0001-49	BB PREVID RF PERFIL	150.129.822,39	3,92%	12.858.761.791,29
114410107 - 7490	FI em Direitos Creditórios - Cota - Sênior Art. 7º, VII, a	40.406.679,00	1,05%	
11.003.181/0001-26	BBIF MASTER FIDC LP	3.203.037,52	0,08%	34.591.028,13
11.675.457/0001-12	FIDC MULSET BVA MASTER	18.180,72	0,00%	141.809,62
12.440.789/0001-80	LME REC MULTISERIAL IPCA	10.211.640,92	0,27%	74.533.671,31
13.344.834/0001-66	INCENTIVO FIDC MULTISER II	26.973.819,84	0,70%	31.231.885,00
SUBTOTAL - RENDA FIXA		2.977.111.144,90	77,65%	
114410201 - 7493	FI de Ações - Geral - Art. 8º, II, a	356.525.385,84	9,30%	
02.097.252/0001-06	SAFRA MULTIDIVIDENDOS PB FICFIA	5.573.979,13	0,15%	30.308.009,50
02.436.763/0001-05	SANTANDER FIC FI TOP AÇÕES	18.023.047,78	0,47%	118.549.108,97
05.100.191/0001-87	BB AÇÕES DIVIDENDOS FIC FI	44.231.165,99	1,15%	591.938.977,49
05.857.973/0001-65	SAFRA SMALL CAPS AÇÕES	5.762.848,00	0,15%	74.720.537,50
06.916.384/0001-73	BRADESCO FIA DIVIDENDOS	21.668.943,27	0,57%	629.734.501,52
08.817.414/0001-10	ITAU FOF RPI AÇÕES IBOVESPA ATIVO	13.609.993,00	0,35%	494.877.498,01
11.628.883/0001-03	OCCAM FIC FIA	20.612.089,41	0,54%	991.881.622,41
11.977.794/0001-64	BTG PACTUAL ABSOLUTO	19.847.080,66	0,52%	1.373.628.350,10
14.213.331/0001-14	BB AÇÕES DIVIDENDOS SMALL MDCAPS	10.876.283,43	0,28%	283.205.968,85
14.476.729/0001-43	SAFRA EQUITY PORTFOLIO PB FIC AÇÕES	19.911.695,91	0,52%	163.606.460,79
14.507.699/0001-95	CAIXA VALOR RPPS EXPERT VINCI	25.839.876,52	0,67%	658.481.538,24
15.154.220/0001-47	CAIXA SMALL CAPS ATIVO	29.218.864,90	0,76%	569.834.602,44
15.154.441/0001-15	CAIXA AÇÕES VALOR DIVIDENDOS RPPS EXP VINCI	27.440.565,10	0,72%	902.168.515,36
23.875.817/0001-09	VINCI FATORIAL DINÂMICO FIA	19.691.156,01	0,51%	132.278.119,76
29.258.294/0001-38	BB AÇÕES VALOR	23.014.267,93	0,60%	987.099.652,68
30.068.169/0001-44	CAIXA FIC FIA BRASIL AÇÕES LIVRE QU	9.758.774,03	0,25%	506.643.009,29
36.347.815/0001-99	ITAU AÇÕES DUNAMIS INST FICFI	14.554.225,69	0,38%	213.279.191,91
23.731.629/0001-07	ITAU AÇÕES PHOENIX	26.890.529,08	0,70%	389.197.038,05
114410302 - 8019	FI - Sufixo "Investimento no Exterior" - Art. 9º, II, a	64.418.737,69	1,68%	
28.578.936/0001-13	BB AÇÕES NORDEA	17.599.767,96	0,46%	601.485.411,74
33.913.562/0001-85	MS GLOBAL OPPOR DOL ADVISORY FICFIA IE	32.482.472,14	0,85%	538.528.356,62
39.528.038/0001-77	CAIXA FIC FIM MULTIGESTOR GLOBAL EQ IE	14.336.497,59	0,37%	82.015.260,43
114410401 - 7494	FI Multimercado - aberto - Art. 8º, III	-3.189.158,54	-0,08%	
13.593.438/0001-72	ECO HEDGE FIM CP	- 3.189.158,54	-0,08%	- 4.133.555,42
114410402 - 7495	FI em Participações - Art. 8º, IV, a	319.896.858,45	8,34%	
10.625.626/0001-47	CONQUEST FIP	- 4.461.287,14	-0,12%	- 50.478.707,60
12.312.767/0001-35	FIP ATICO FLORESTAL	7.697.060,61	0,20%	135.990.703,67
14.721.044/0001-15	FIP INFRA SANEAMENTO	139.047.202,50	3,63%	1.163.969.748,65
15.798.354/0001-09	FIP LSH	14.006.431,23	0,37%	108.692.278,76
20.886.575/0001-60	FI EM PARTICIPAÇÕES FP2	163.607.451,25	4,27%	794.512.051,53
114410501 - 7496	FI Imobiliários - Art. 8º, IV, b	119.374.905,24	3,11%	
09.006.914/0001-34	RB CAPITAL FII	1.546.916,28	0,04%	122.562.166,90
11.827.568/0001-05	INCENTIVO FII	31.402.483,91	0,82%	31.402.483,93
13.555.918/0001-49	FII AQUILLA	26.481.256,85	0,69%	144.847.796,54
14.631.148/0001-39	HAZ FII (ÁTICO RENDA FII)	4.363.127,27	0,11%	75.054.531,17
15.461.076/0001-91	BR HOTÉIS FII	39.898.732,00	1,04%	146.961.154,10
17.311.079/0001-74	FII SIA CORPORATE	8.925.035,70	0,23%	79.753.003,46
18.369.510/0001-04	FII INFRA REAL ESTATE	6.757.353,23	0,18%	33.300.079,60
SUBTOTAL - RENDA VARIÁVEL, EXTERIOR, ESTRUTURADOS E FII		857.026.728,68	22,35%	
CARTEIRA DE INVESTIMENTOS		3.834.137.873,58	100,00%	



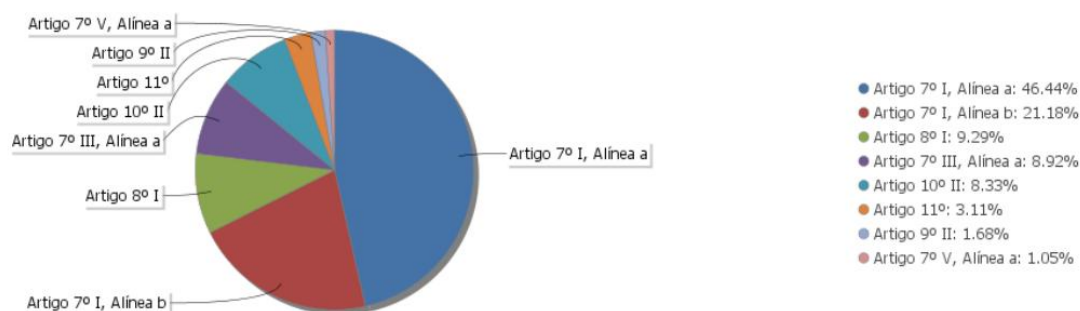
Documento foi assinado digitalmente por SHARLLES FERNANDO BEZERRA LIMA em 31/01/2023 11:16:34.

eotônio Seg

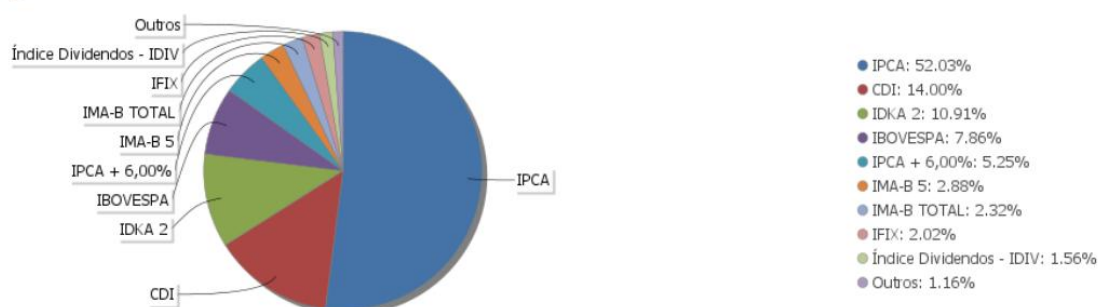
A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd-ati.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: 219B7BAB01334293

Distribuição da Carteira por Artigo e Estratégia

Alocação por Artigo

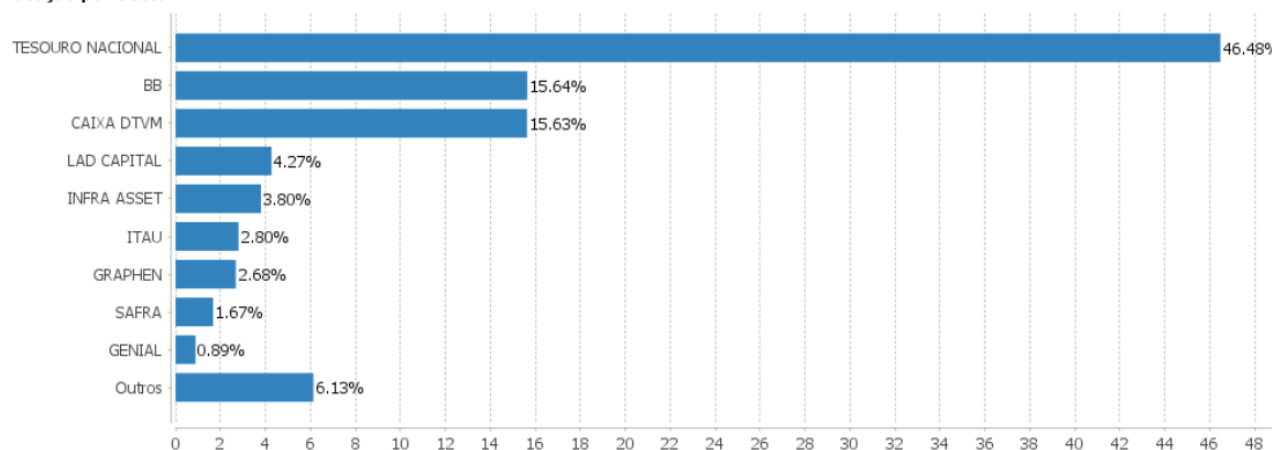


Alocação Por Estratégia



Distribuição da Carteira por Gestor

Alocação por Gestor



A Carteira do Igeprev-To segue para a Política de Investimentos 2023 focada na exposição em Títulos Públicos Federais comprados com taxas acima de IPCA + 6%a.a., lembrando que a Meta Atuarial para 2023 é de IPCA + 4,90%a.a.

5.8 – ESTÁGIO EM QUE SE ENCONTRAM OS PROJETOS

O Instituto não possui nenhum projeto em andamento ou paralisado.



5.9 - PROJETOS E INSTITUIÇÕES BENEFICIADAS POR RENÚNCIA DE RECEITAS

O Instituto não possui nenhuma renúncia de receita, tampouco medidas de compensação que demandem informações sobre o acompanhamento, fiscalização e avaliação de projetos.

5.10 – TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS E RECEBIDAS DE RECURSOS

A legislação previdenciária não permite transferência de recursos para outro órgão ou entidade de qualquer natureza, a não ser os provenientes de compensação entre regimes, uma vez que os recursos provenientes das contribuições previdenciárias possuem finalidade exclusiva, que é o pagamento dos benefícios previdenciários e despesas administrativas.

5.11 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cabe destacar que a Política de Investimentos se manteve conservadora, segura e que buscou maximizar os retornos através de instituições financeiras sérias e de renome nacional (bancos de primeira linha). Os riscos assumidos foram os inerentes ao mercado de investimentos, destacando que 2022 foi marcado pela volatilidade e elevação dos juros como medida para controlar a inflação.

Todas as realocações realizadas em 2022 foram devidamente aderentes à Política Anual de Investimentos aprovada pelo Conselho de Administração do Instituto, dentro dos limites e exigências da Resolução CMN nº 4.963/2021, atendendo aos procedimentos previstos na legislação vigente, e em conformidade com o assessoramento do Comitê de Investimentos do Instituto.

A Carteira de Investimentos do Igeprev-TO fechou o ano de 2022 com um total de R\$ 3.834.137.873,58.

A Diretoria de Investimentos, com relação aos investimentos estressados, empenhou-se vigorosamente na busca por recuperar e diminuir os prejuízos inerentes a esses investimentos, através de numerosas Assembleias de Cotistas, onde buscaram obter dos prestadores de serviços dos Fundos estressados informações concretas sobre os ativos que compõem esses investimentos, realizando assim análises para possíveis liquidações, objetivando prováveis recuperações e minimização de prejuízos.

Cabe mencionar, que o Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins (Igeprev-TO), resgatou mais de R\$ 13 milhões provenientes das temerárias aplicações realizadas no período de 2011 a 2014, após consolidado um Acordo de Não Persecução Cível



(ANPC), celebrado entre o Ministério Público do Estado do Tocantins (MP-TO), o Banco Máxima e suas representadas; as empresas Máxima S/A Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários (atual Master S/A Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários), Máxima Patrimonial Ltda. e Banco Máxima S.A (atualmente denominado Banco Master S/A), na condição de empresas Administradora e Gestora do Fundo de Investimento em Participações “VIAJA BRASIL Private Equity”.

O resgate dos 13 milhões se deu após um criterioso acompanhamento do Igeprev e a adoção de providências cabíveis necessárias de um rigoroso estudo de análise, valoração e avaliação de mais de 60 imóveis, situados nos Estados do Rio Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Goiás, que serão administrados pelo Instituto.

Todos os trâmites ocorreram sob a supervisão do Ministério Público que atuou como patrono e assumiu a coordenação do processo avaliatório dos imóveis, com o acompanhamento e colaboração de representantes tanto do Igeprev-TO como do Banco Máxima.

Importante destacar também, que o Estado do Tocantins durante o ano de 2022 se manteve rigorosamente em dia com todas as suas obrigações de repasses das contribuições previdenciárias por parte do servidor e patronal com o Igeprev-TO. Até setembro de 2022, o Estado do Tocantins pagou mais de R\$ 445.000.000,00 em dívidas passadas.

Continuamos empenhados na recuperação e manutenção da credibilidade do Igeprev-To, com o saneamento econômico-financeiro, modernização dos processos e procedimentos, aperfeiçoamento dos instrumentos e programas de Tecnologia da Informação, postura austera e transparente da Diretoria Executiva, com ações que se transformaram em confiança e proporcionaram a manutenção dos trilhos deste Instituto.

Destaca-se também, as boas práticas de gestão do RPPS, que têm sido adotadas, e têm permitido melhorar os resultados, na concessão e pagamento dos benefícios, além da busca por excelência no atendimento aos segurados e beneficiários.

Diante dessas considerações apresentamos o resultado da gestão dos recursos previdenciários para que seja submetida aos órgãos responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização deste RPPS, bem como à Controladoria Geral e ao Tribunal de Contas do Estado.

SHARLLES FERNANDO BEZERRA LIMA
Presidente

